



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

JULIANA SUASSUNA SANTOS

**ENSINO JURÍDICO: instrumento hegemônico
e manutenção de uma tradição de ensino.**

Brasília

2019

JULIANA SUASSUNA SANTOS

**ENSINO JURÍDICO: instrumento hegemônico
e manutenção de uma tradição de ensino.**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito
do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Orientador: Prof. Rodrigo Augusto Lima de
Medeiros.

Brasília
2019

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL	10
1.1 Breve Exposição Sobre o Ensino no Brasil	10
1.2 A especificidade do Ensino Jurídico no Brasil	15
1.2.1 O não-ensino jurídico no Período Colonial.....	16
1.2.2 Independência e o ensino jurídico no Império	17
1.2.3 República Velha e a Valorização do Ensino Jurídico	20
1.2.4 Mudanças do ensino jurídico na Era Vargas	22
1.2.5 República Populista e o ensino jurídico	24
1.2.6 Ditadura Militar e o Ensino Jurídico	25
1.2.7 A redemocratização e o ensino com a Constituição de 1988	27
1.2.8 Situação dos cursos jurídicos no Brasil atualmente	29
CAPÍTULO 2 – DO ENSINO À PRÁTICA JURÍDICA	32
2.1. Aspirações do Ensino do Direito no Brasil.....	33
2.2 Quem são os estudantes de Direito atualmente.....	38
2.3 Problemas estruturais relativos ao ensino e ao bacharel recém-formado.	41
CAPÍTULO 3 – ENSINO JURÍDICO TRANSFORMADOR	50
3.1 Direito no Ensino Médio.....	50
3.2 Ampliação da oferta de matérias propedêuticas nas faculdades de Direito	53

3.3	Liberdade para que as faculdades possam diversificar seus currículos	59
3.4	Diversificação de áreas de atuação	Erro! Indicador não definido.
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

*Dedico essa monografia e tudo que eu faço de
melhor a Isabela e Walmir.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Rodrigo Medeiros, por toda confiança, paciência, apoio e orientação nos últimos anos da faculdade. Espero ter a oportunidade de realizar mais trabalhos sob a sua orientação. Quiçá, em conjunto.

A Ana, Jana, Lanna, Lets, Mari e Laís, pelas manhãs divertidas e instrutivas. Seja para assuntos da faculdade, seja para assuntos da vida, vocês estavam e estão comigo sempre. Sem julgamentos, críticas, sem diferenciações. Essa amizade foi uma das melhores surpresas que o curso me proporcionou e que desejo, de todo coração, que se perpetue nas nossas vidas.

Aos meus pais, Maria e Josemar, irmãos, Saulo, Marcus e Daniel e irmãs Aline e Maria, pelo suporte incondicional, incentivo e por vibrar comigo a cada conquista. Cada um de vocês colaborou, ainda que sem saber, para cada passo que dei nessa caminhada. A depender da inspiração que eu precisava, um de vocês surgia nos meus pensamentos e enchia meu coração de algum predicado próprio. Assim, a conclusão desse curso e entrega desse trabalho também é uma conquista de cada um de vocês.

Ao Walmir, minha alma gêmea, meu amor, meu parceiro na alegria e na tristeza. Porque cada noite que eu tive que ficar até tarde estudando, você ficou acordado comigo. Porque você teve que estudar muito Direito para me ajudar a entender as coisas que não entravam na minha cabeça. Porque você soube compreender todas as minhas dificuldades e não me deixou fraquejar quando estava difícil demais. Partamos para o próximo capítulo das nossas conquistas, sempre juntos, com a mesma resiliência, característica tão nossa.

E, finalmente, à Isabela, o meu grande amor, a razão de eu fazer tudo com esmero maior, para que seja nada mais que um bom exemplo. Você é minha inspiração genuína e com tão pouca idade, deixou de ser aprendiz para ser quem mais me ensina, me orgulha e é o exemplo que hoje eu sigo para alcançar meus sonhos. Tudo que eu faço é por você!

INTRODUÇÃO

Ainda no ensino médio observamos uma quantidade impressionante de jovens, que mal podem dimensionar a diversidade de opções de formação superior, que pouco sabem a respeito da infinidade de opções de trabalho e produção que podem desenvolver ao longo da sua vida laboral, escolherem, sem sequer saber as opções que terão depois de formados, cursar Direito. E, observando esse fenômeno, surge a pergunta: por que? Por que tantas pessoas tão jovens, tão sem experiência na vida fora da escola, escolhem esse curso.

Dentro da faculdade, a curiosidade a respeito do tema se aguça quando nos deparamos com colegas de cátedra mais interessados em memorizar conceitos e passar na disciplina do que em se desenvolver no mundo acadêmico ou absorver ao menos parte do conhecimento que lhes é entregue. Pessoas que certamente têm um potencial muito maior do que apenas passar em provas, mas que escolhem se reduzir a isso para garantir um diploma e depois decidir o que fazer, escolher dentre as opções postas qual a mais segura. E então, nova dúvida: por que essas pessoas escolhem fazer um curso com um importante grau de dificuldade, de dedicação, se não estão necessariamente interessados no conhecimento? Qual então é o interesse?

Quando se inicia a fase de estágios e o convívio com estudantes de outras instituições, os questionamentos advindos dessas observações ganham um novo foco ao observarmos que, mesmo fora das faculdades consideradas de elite, entre pessoas advindas de outras realidades sociais, o interesse ainda está no diploma, em um emprego que rapidamente traga retornos financeiros e o conhecimento puro e transformador segue relevado ou mesmo abandonado.

Dessas observações surgiu o interesse nessa pesquisa. O que, realmente pretendem os estudantes que escolhem o curso de Direito e de onde surgem as motivações para essa escolha? Qual o papel das faculdades e universidades? Elas estimulam o conhecimento ou tolhem o desenvolvimento intelectual dos seus estudantes?

Dentro de um escopo tão amplo, cabe investigar como o curso de Direito se desenvolveu ao longo da história, quais os impulsos para sua implementação e seu

desenvolvimento. Cabe também analisar o papel do Direito na sociedade atual, se ele atua como instrumento de diminuição de desigualdade, em um país de tantas diferenças, ou como consolidador da segregação, evidenciando as iniquidades e contribuindo para a manutenção dessas disparidades.

A educação no Brasil, de forma geral, foi iniciada de forma elitista. Havia pouco interesse no Brasil colônia em educar a população nativa, a que se originou aqui e, principalmente, a negra, que sequer era considerada uma população formada por seres humanos inteligentes, educáveis.

Em relação ao ensino superior, a elitização era ainda mais extrema. No período colonial, somente tinha acesso à graduação aqueles que tinham condições de fazer os cursos nas universidades da metrópole.

A necessidade egocêntrica, de elevar o Brasil ao patamar cultural dos países europeus, surgida com a vinda da família real de Portugal para a colônia, antes de qualquer razoável interesse no progresso da população, foi o que incentivou a implementação de cursos superiores no país, com ênfase óbvia no Direito, tido, desde sempre como um curso da elite financeira e intelectual europeia.

Desde então, arranja-se no Brasil o desenho de um curso de Direito em concomitância com as necessidades daqueles que estão no poder, que servem aos interesses, às vezes escusos, às vezes legítimos, mas sempre direcionados aos interesses daqueles que estão e pretendem se manter no domínio do poder político e econômico.

E assim a monografia pretende se desenrolar: primeiramente demonstrando a evolução do ensino geral, depois demonstrando o desenvolvimento do ensino jurídico para, por fim, fazer a discussão a respeito deste ensino hoje: ele ainda se presta aos interesses de poucos e seletos poderosos? Ele conseguiu se desvencilhar desse jogo de interesses e caminha para uma independência intelectual do bacharel? Há resistência a formas de disseminação “popular” desse conhecimento ou já há aceitação de é necessário que este seja dominado por todos para que o país, finalmente, se desenvolva intelectualmente de forma independente?

Ainda, uma vez fora da faculdade, os recém-formados têm vontade, têm anseio de modificações ou ficam restritos aos seus empregos e seus salários? Há motivação pessoal e oportunidades dentro da sociedade para operar mudanças?

Esse trabalho pretende se debruçar sobre essas questões, sem intuito de esgotá-las, mas, quem sabe, gerar alguma reflexão sobre os rumos que o ensino do Direito tem tomado, as consequências desse processo e conjecturar sobre caminhos alternativos.

CAPÍTULO 1 – PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

1.1 Breve Exposição Sobre o Ensino no Brasil

Pretensão das mais difíceis seria conseguir elencar e ordenar qual dos problemas conjunturais por qual passa o Brasil mereceria prioridade frente aos demais, nos dias de hoje. Dentro da infinita lista que poderia ser construída, no entanto, não resta dúvidas quanto às carências e deficiências pela qual passa a questão da educação e à urgência com o qual esse campo deve ser discutido e trabalhado, esteja o foco no ensino básico, médio ou superior.

Mas essa é, de longe, uma preocupação recente. Já em 1932, em meio a um forte movimento reformista da administração pública brasileira como um todo, um grupo de 26 intelectuais preocupados com o destino da educação publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Segundo esse documento:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. É impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento de aptidões e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.¹

Por esse documento percebe-se a preocupação com a educação no Brasil, tendo o manifesto se configurado em marco da renovação educacional no Brasil. Os pioneiros pretendiam conduzir o Brasil à modernidade pela via da educação. A sociedade brasileira vivia um período de transformações em consequência das absurdas contradições do período, em que “tínhamos um país de analfabetos e estávamos iniciando um período de industrialização que exigia uma qualificação dos trabalhadores. Além disso, a presença de imigrantes bem instruídos gerou questionamentos a respeito do sistema de educação e ensino brasileiro”.²

¹ AZEVEDO, Fernando et al. O manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932. p. 1.

² VIEIRA, Suzane da Rocha. *Uma reflexão acerca do manifesto dos pioneiros da educação nova*. Disponível em:

O Manifesto foi publicado quando o Estado estava em crítico momento de redefinição, em decorrência da Revolução de 30, que deu início à Segunda República, com o Governo de Getúlio Vargas.³

Apesar de já decorridos 41 anos da Proclamação da República, não se havia feito no país qualquer desenho de uma política educacional eficaz e já não era possível a negligência nesse campo. Era inevitável que um movimento nesse sentido irrompesse naquele contexto.

Apesar dos esforços desses pioneiros, nada realmente efetivos foi tentado, em verdade. “Nossa educação mostra no decorrer dos anos, reformas educacionais, estas elaboradas para atender as necessidades da época, mas pouco interessadas no desenvolvimento educacional”.⁴

Esse desdém, infelizmente, tem origens remotas na cultura social brasileira. A Companhia de Jesus, grande ordem religiosa da Igreja Católica, ensaiou um raso movimento educacional, mas com foco principal na catequização de nativos e fidelização religiosa da burguesia colonial.⁵ Entre o movimento jesuíta da Companhia de Jesus, iniciado em 1549, e a implantação oficial do ensino público no Brasil em 1772 não é possível identificar qualquer movimento significativo relativo à educação.⁶ Mulheres e escravos não tinham acesso à educação e os homens brancos frequentavam as escolas religiosas ou iam para a Europa,⁷ reforçando a conjectura quanto ao desinteresse relativo à educação local.

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf. Acesso em: 21. Maio 2018, p. 1.

³ VIEIRA, Suzane da Rocha. *Uma reflexão acerca do manifesto dos pioneiros da educação nova*. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf. Acesso em 21. Maio 2018, p. 1.

⁴ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017. p 2.

⁵ CONCEIÇÃO, José Luís Monteiro. *Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até sua expulsão*. Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/jesuitas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-metodos-ate-a-sua-expulsao>. Acesso em 21 maio 2018.

⁶ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017. p 3.

⁷ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017, p 3.

O ensino superior no país caminhou a passos igualmente morosos. Somente com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, foram fundadas as primeiras instituições de ensino superior: a Escola de Cirurgia da Bahia (atual UFBA) e a escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina (atual UFRJ).⁸ E ainda:

Nesse mesmo ano, a Família Real transmigrou para o Brasil, e, em março de 1808, a Corte já estava instalada no Rio de Janeiro. O panorama educacional começou a sofrer alterações, e foram criadas a Escola de Cirurgia (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), as Academias Militares (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ), as Escolas de Belas Artes, o Museu e a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico. O Rio de Janeiro tornou-se, então, o centro intelectual do País (TEIXEIRA, 1989). Com o País se tornando sede da monarquia portuguesa, várias providências precisaram ser tomadas: os portos foram abertos ao comércio internacional, o Banco do Brasil foi criado, a instalação de indústrias passou a ser permitida, e a Imprensa Régia foi criada (MENDONÇA, 2000).⁹

Essa formação, no entanto, se resumia ao estritamente necessário, sem grandes incentivos à produção científica, mantendo-se a cultura da importação de tecnologias prontas, acentuando a dependência do país em experiências externas.¹⁰ A partir de então, foram 114 anos (1808 a 1922) sem que o Brasil dispusesse de instituições que se interessassem em desenhar um saber científico puro.¹¹

As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais, e foi na década de 1920 que a Nação começou a dar mostras de estar acordando. (...) Surge então uma inquietação política, na qual a simples importação do conhecimento não edificaria um saber adequado, tampouco responderia os anseios do País.¹²

⁸ BOTTONI, Francisco; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. *Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais*. In: COLOMBO, Sônia Simões (org.). *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2006. cap. 1, p. 19-42. OURDIEU, P. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 1.

⁹ BOTTONI, Francisco; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. *Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais*. In: COLOMBO, Sônia Simões (org.). *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2006. cap. 1, p. 19-42. BOURDIEU, P. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 23.

¹⁰ MATTA, A. E. R. *História da Educação*. Revista da FAEBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, v. 1, n. 1, jan./jun. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeba/issue/download/237/136>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹¹ BOTTONI, Francisco; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. *Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais*. In: COLOMBO, Sônia Simões (org.). *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2006. cap. 1, p. 19-42. BOURDIEU, P. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 25.

¹² BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da; In: COLOMBO, Sônia Simões (organizadora). *Gestão Universitária – Os caminhos para a excelência. – Dados eletrônicos* – Porto Alegre: Penso. 2013, p. 26.

Durante toda a era Vargas (1930 a 1945), a educação foi prioridade e pode ser observado que “ocorreu um crescimento percentual das matrículas em relação à população total brasileira e também, uma diminuição relativa do analfabetismo”.¹³ Foi nesse contexto de “descoberta” e valorização do ensino que foi elaborado o já mencionado Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932. Ainda em 1930 foi criado o Ministério da Educação e, com ele, a educação massificada e profissional.¹⁴

Em 1934 foi criada a USP e em 1935, Anísio Teixeira fundou a UDF, universidades que já escolhiam seus professores por meio de concursos públicos, primando pela qualidade e prestígio educacional.¹⁵ A USP surgira com as seguintes finalidades, conforme Decreto nº 6.283/34:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres.¹⁶

Em sequente avanço, agora já de uma forma mais sistemática e concreta, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevista na Constituição de 1934. No ano de 1961, no de João Goulart finalmente materializou a necessidade de dar atenção à educação de forma específica, atendendo as necessidades brasileiras. O interessante nessa lei reside na defesa dos interesses dos proprietários de escolas privadas.¹⁷ Era um sistema que

¹³ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017, p 6.

¹⁴ BOTTONI, Francisco; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. *Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais*. In: COLOMBO, Sônia Simões (org.). *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2006. cap. 1, p. 19-42. BOURDIEU, P. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 27.

¹⁵ BOTTONI, Francisco; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. *Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais*. In: COLOMBO, Sônia Simões (org.). *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2006. cap. 1, p. 19-42. BOURDIEU, P. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 27

¹⁶ BRASIL, *Decreto nº 6.283* (1984). Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁷ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 1. Abril de 2017, p 6.

focava nos grandes centros urbanos, permanecendo grande o analfabetismo nas áreas mais afastadas. Sistema, então, que estava longe de atender aos anseios reais da população.¹⁸

Com o golpe militar em 1964, o autoritarismo retirou da educação sua autonomia e liberdade, com a extinção, dentre outros direitos, das entidades estudantis, que haviam despontado ao longo desse período, mas eram, no entanto, consideradas subversivas. A educação superior ficou restrita a uma pequena fração da sociedade e disciplinas críticas, como a filosofia, foram banidas.¹⁹

Após a Ditadura Militar, a Constituição de 1988 deu o merecido e ansiado destaque à educação e, em seus dispositivos transitórios, estabelecia o prazo de dez anos para a universalização do Ensino e erradicação do analfabetismo.

Em 1996 a nova e atual Lei de Diretrizes Básicas instituiu a Política Nacional Brasileira e foi criado o Conselho Nacional de Educação. E ainda:

Em 1996, foi criado o FUNDEB (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental) que depois de dez anos foi substituído pelo FUNDEF, que obriga os Estados e Municípios a aplicarem anualmente um percentual mínimo de suas receitas onde 60% pelo menos é para pagamento do pessoal do magistério. Em fevereiro de 2006, foi aprovada a lei Nº 11.274, que aumentou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos.²⁰

Fato é que, ainda que reconhecida no ordenamento e estando amparada por legislação vasta e tecnicamente muito bem elaborada, a educação no Brasil ainda hoje está longe do que poderia ser considerado ideal, ou mesmo, suficiente.

O resultado da baixa escolarização é que, de maneira mais ou menos geral, a população brasileira é formada por pessoas que podem ser tuteladas e podem até atingir bons níveis de produtividade, mas têm baixa capacidade para realizar tarefas mais complexas, liderar, criar novo conhecimento e tomar decisões que exigem capacidade analítica mais sofisticada. (...)

¹⁸ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017, p. 6.

¹⁹ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017, p. 7.

²⁰ ARAÚJO, Marciano Vieira de. *A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017, p. 8.

O país fez muito nas últimas décadas em matéria de educação. Mas hoje há relativo consenso de que o baixo nível educacional da nossa força de trabalho é um dos fatores limitativos do crescimento.²¹

Essa interessante conclusão apresentada no livro “Brasil: o estado de uma nação”²² exemplifica um dentre diversos aspectos relacionados à deficiente educação brasileira.

1.2 A especificidade do Ensino Jurídico no Brasil

Se o ensino, analisado sob a perspectiva geral, se mostrou ora negligenciado, de difícil independência e acesso, no ensino jurídico não se pode apontar grandes diferenças. Esse ramo do conhecimento, seja no aspecto prático ou teórico, não vem se mostrando desenvolvido, autônomo ou capaz de proporcionar ao país a formação de profissionais críticos, transformadores e com interesse em contribuir para desenvolvimento soberano de uma nação, que não tenham vinculações ou influências diretas de outros ordenamentos jurídicos, mas com capacidade intelectual de desenvolver um direito próprio, baseado em necessidades internas e com intenção de transformações relevantes.

Como será apresentado a seguir, o ensino jurídico no Brasil segue um histórico de avanços e retrocessos constantes, que dificilmente se observa uma iniciativa local, com interesses motivadores internos no país. Não se identificam (ou é possível identificar de forma muito acanhada) motivações baseadas nas peculiaridades nacionais e de alcance geral, mas sempre espelhando algo externo ou em ideais de determinados grupos e interesses, nem sempre visando o desenvolvimento do ensino jurídico ou dos operadores do direito.

Assim, se apresenta um desenvolvimento histórico da educação no Brasil para depois se discorrer sobre as consequências da forma como o direito vem sendo ensinado e aplicado no país.

²¹ REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. Brasil: *O estado de uma nação* – mercado emprego e oportunidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, p 151.

²² REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. Brasil: *O estado de uma nação* – mercado emprego e oportunidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, p 151.

1.2.1 O não-ensino jurídico no Período Colonial

Nos primeiros séculos após o descobrimento do Brasil, o Brasil-colônia não era nada além de um “anexo” de Portugal. Nada se fazia ou se produzia em terras brasileiras que não fosse para atender os interesses econômicos da Metrópole. Nas palavras de Darcy Ribeiro, o Brasil teve seu berço como “um proletariado externo das sociedades europeias, destinado a contribuir para o preenchimento das condições de sobrevivência de conforto e de riqueza destas e não das suas próprias”.²³ Não seria, no campo do ensino do Direito, que a colônia conseguiria desenvolver qualquer tipo de autonomia.

Os cursos universitários no Brasil surgiram de “forma extremamente tardia”.²⁴ Enquanto nas colônias espanholas foram criadas cerca de vinte e três universidades, no Brasil não foi criada uma sequer.

“O ensino colonial esteve totalmente entregue às mãos da Companhia de Jesus, que, embora realizando um esforço meritório, marcou o perfil de um tipo de educação voltado basicamente para as humanidades, de caráter ornamental e retórico”.²⁵

Portugal tinha medo de criar cursos jurídicos aqui e dar causa à conscientização e revolta do povo brasileiro, sendo, então, uma vontade consciente de Portugal não facilitar qualquer tipo de “autonomia intelectual” que levasse à emancipação nacional.²⁶

Os brasileiros que se interessavam por estudar Direito e possuíam recursos para tanto, procuravam a Universidade de Coimbra, mas não sem consequências: “Foi essa pequena elite

²³ RIBEIRO, Darcy. *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 112.

²⁴ ROMANCINI, Malu; FERNANDA GOMES LOPES, Daniele. *Retrospectiva histórica do ensino jurídico no Brasil*. Diálogo e Interação, ano 1, v. 9, p. 1-15, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/RETROSPECTIVA-HIST%C3%93RICA-DO-ENSINO-JUR%C3%8DDICO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018, p. 1

²⁵ VENÂNCIO FILHO, Alberto. Análise histórica do ensino jurídico no Brasil. In: Encontros da UnB: ensino jurídico. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1978-1979, p. 13.

²⁶ ROMANCINI, Malu; FERNANDA GOMES LOPES, Daniele. *Retrospectiva histórica do ensino jurídico no Brasil*. Diálogo e Interação, ano 1, v. 9, p. 1-15, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/RETROSPECTIVA-HIST%C3%93RICA-DO-ENSINO-JUR%C3%8DDICO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018, p.3.

formada em Coimbra que trouxe para o Brasil os ideais iluministas e liberais que se associariam ao desejo de independência da Metrópole”.²⁷

Com a vinda da Família Real de Portugal para a Colônia, em 1808, fugindo do avanço de Napoleão, surgiu o interesse em se introduzir cursos superiores no Brasil, ainda que de forma muito tímida, como apontado anteriormente. Os cursos de Direito, no entanto, só surgiram após a independência.²⁸

1.2.2 Independência e o ensino jurídico no Império

Com a Independência forçada do Brasil, em 1822, a promulgação de uma Constituição própria se fazia urgente e necessária para garantir que tomasse forma uma cultura jurídica nacional.²⁹ Nesse contexto, a fundação das primeiras escolas de Direito se fez imperiosa para que permitir o desenvolvimento de um Direito e a criação de uma elite jurídica próprios.

Além da necessidade para o desenvolvimento local do Direito, o interesse das elites, sempre presente, teve papel fundamental nesse processo. Nas palavras de Miguel Reale:

Havia sem dúvida, o interesse da elite em ter um curso de direito no Brasil, pois os gastos eram excessivos na formação de seus filhos em Coimbra, tanto que (...) o deputado Marcos Falcão, ao exigir a criação dos cursos de jurídicos, dizia que, se a Assembleia não editasse a lei, iria ‘desgostar os pais de família, pelo incômodo que lhes resulta mandar seus filhos estudar fora do Império’.³⁰

Importante ressaltar que a Independência do Brasil se deu em um momento em que um liberalismo global, fazendo frente ao absolutismo monárquico, ganhava força como ideal libertário. O liberalismo brasileiro, no entanto, iniciando uma singular característica da cultura brasileira, foi “canalizado e adequado para servir de suporte aos interesses das oligarquias,

²⁷ BENTO, Flávio; SANCHES, Samyra Haydê Dal Farra Napolini. *A história do ensino do direito no Brasil e os avanços da portaria 1886 de 1994*. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2408.pdf. Acesso em 10 out. 2018, pp. 3-4.

²⁸ ROMANCINI, Malu; FERNANDA GOMES LOPES, Daniele. *Retrospectiva histórica do ensino jurídico no Brasil*. Diálogo e Interação, ano 1, v. 9, p. 1-15, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/RETROSPECTIVA-HIST%C3%93RICA-DO-ENSINO-JUR%C3%8DDICO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018, p.4.

²⁹ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 62.

³⁰ REALE FILHO, Miguel. CRIAÇÃO E DEGENERESCÊNCIA DO ENSINO JURÍDICO. In: Revista SUP. São Paulo. Nº 100. Dezembro/Janeiro/Fevereiro 2013-2014. P. 87 – 96. p. 90.

dos grandes proprietários de terra e do clientelismo vinculado ao monarquismo imperial”,³¹ uma vez que a revolução liberal operada aqui nada tinha em comum com os movimentos ocorridos na Inglaterra, França e Estados Unidos. No Brasil, o liberalismo representou a “necessidade de reordenação do poder nacional e a dominação das elites agrárias (...): a retórica liberal sob a dominação oligárquica”³². O Estado liberal brasileiro, em contradição absoluta, nasceu pelas mãos do próprio governo, da elite que dominava a economia da época, liberalismo que tinha que conviver com a propriedade escrava e a estrutura patrimonialista de poder.³³

E foi em meio a esse movimento liberal tão somente brasileiro que foram implantados os dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827, em Recife (transferido para Olinda em 1854) e em São Paulo. A fundação desses cursos refletia a urgência da elite em concretizar a sua independência e a construção do Estado nacional.³⁴ Mas essas escolas nasceram no berço de um paradoxo de liberalismo em que os ideais liberais eram usados para emancipação nacional e, ao mesmo tempo, garantia dos privilégios herdados pela elite oriunda do período colonial³⁵:

Assim, as escolas de Direito foram destinadas a assumir duas funções específicas: primeiro, de polo de sistematização e irradiação do liberalismo enquanto nova ideologia político-jurídica capaz de defender e integrar a sociedade; segundo, dar efetivação institucional ao liberalismo no contexto formador de um quadro administrativo-profissional.³⁶

Essas Faculdades de Direito, então, copiaram seus modelos das Faculdades europeias, com toques cosmopolitas, distantes das aspirações das elites agrárias. A Faculdade de Direito pernambucana tinha uma vertente traçada a partir da “pluralidade temática, reforçada por leituras naturalistas, biologistas, cientificistas, históricas e sociológicas³⁷”, enquanto a

³¹ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 63.

³² WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 64.

³³ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 65.

³⁴ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 67.

³⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 68.

³⁶ FALCÃO, Joaquim de. *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 1984, p. 32.

³⁷ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 68.

paulista “trilhou na direção da reflexão e da militância política, no jornalismo e na ilustração artística e literária”.³⁸

Nas palavras de Lilia M. Schwarcz:

Vê-se que, enquanto Recife educou, e se preparou para produzir doutrinadores, homens de “sciencia” no sentido que a época lhe conferia, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas de Estado. De Recife partia todo um movimento de autocelebração que exaltava a criação de um centro intelectual, produtor de ideias autônomas; em São Paulo reinava a confiança de um núcleo que reconhecia certas deficiências teóricas, mas destacava seu papel na direção política da nação (...). Acima das divergências intelectuais, que de fato existem, está um certo projeto de inserção, este sim, bastante diverso. De Recife vinha a teoria, os novos modelos - criticados em seus excessos pelos juristas paulistas; de São Paulo partiam as práticas políticas convertidas em leis e medidas.³⁹

Ambas as faculdades foram, apesar das diferenças estruturais apresentadas, fundamentais para a consolidação da cultura jurídica no Brasil⁴⁰, que foi seguida pelo “desencadeamento do processo de elaboração de legislação própria”.⁴¹

Mas é preciso ter em mente que “o ensino foi uniformizado para atender a um objetivo bastante claro: servir ao Estado”.⁴² Esse é um tempo na história brasileira em que valoriza a “cultura do bacharelismo”⁴³, em que os cursos jurídicos começaram a ser “instrumentos do Estado para selecionar e garantir uma ‘elite’ que continuaria dominando o país através das ideias burocráticas e patrimonialistas”.⁴⁴

Ainda:

³⁸ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 69.

³⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993., p. 183-184. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/oespetaculodasracas.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

⁴⁰ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 70.

⁴¹ WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 70.

⁴² GARSCHAGEN Bruno. *Pare de acreditar no governo – Por que os brasileiros não confiam e amam o Estado*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 46.

⁴³ GARSCHAGEN Bruno. *Pare de acreditar no governo – Por que os brasileiros não confiam e amam o Estado*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 47.

⁴⁴ OLIVEIRA, Rodrigo Rios de Faria. *As influências do ensino superior jurídico: consequências históricas*. Em: <https://jus.com.br/artigos/68929/as-influencias-do-ensino-superior-juridico-consequencias-historicas>. Acesso em: 09 jan. 2019.

O bacharel em direito, nascido, em sua maioria, no seio de famílias proprietárias e essencialmente rurais, foi o elemento que serviu de catalisador dos interesses privados e interesses públicos, foi o instrumento, por excelência, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais.⁴⁵

1.2.3 República Velha e a Valorização do Ensino Jurídico

Entre o Império e a República velha, foram editadas mais de 25 normas regulamentadoras, demonstrando os indícios da relevância que o ensino jurídico assumiria no país a partir desse momento. Os fundamentais acontecimentos do período estão listados abaixo:

1. Decreto de 9 de janeiro de 1825: criou na Corte Imperial o Curso Jurídico;
2. Decreto Imperial de 2 de março de 1831: aprova o Estatuto de Visconde da Cachoeira – Estatuto para o curso jurídico;
3. Lei Histórica que criou os dois cursos de direito no Brasil, promulgada em 11 de agosto de 1827;
4. Decreto de 7 de novembro de 1831: suspende o estatuto de Visconde da Cachoeira;
5. Decreto Regulamentar de 7 de novembro de 1831: regulamenta a Lei Histórica de 11 de agosto de 1827;
6. Decreto nº 608 de 16 de agosto de 1851, autorizou o governo a dar novos estatutos ao curso de direito (e às escolas de medicina), bem como criou mais duas cadeiras na grade curricular: Direito Administrativo e Direito Romano;
7. Decreto nº 1.134 de 30 de março de 1853, dá novos estatutos aos cursos jurídicos do império;
8. Decreto nº 714 de 10 de setembro de 1853, autoriza o governo a realizar aumento de despesa, para a execução provisória dos novos estatutos do curso de direito (e de medicina);
9. Decreto nº 1.386 de 28 de abril de 1854, dá novos estatutos aos cursos jurídicos;
10. Decreto nº 1.568 de 24 de fevereiro de 1855, aprovou o regulamento complementar dos estatutos das faculdades de direito do império (atendia, em especial, ao art. 21, §3º do Decreto nº 1.386 de 28 de abril de 1854);
11. Decreto nº 3.454 de 26 de abril de 1865, dá novos estatutos às faculdades de direito do império;
12. Aviso do Ministério do Império de 8 de abril de 1865 sobre a execução do Decreto nº 3.454;
13. Decreto nº 4.675 de 14 de janeiro de 1871, define o processo de exames dos estudantes das faculdades de direito (e medicina);
14. Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, implantou no Brasil o ensino livre, também conhecido como Reforma Leôncio Carvalho;
15. Decreto nº 9.360 de 17 de janeiro de 1885, dá novos estatutos às faculdades de direito;

⁴⁵ RIBEIRO SILVA, Maricelma. *O papel do bacharel em Direito frente as sete faces da sociedade brasileira*. Direito Net, 31 out. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2979/O-papel-do-bacharel-em-Direito-frente-as-sete-faces-da-sociedade-brasileira>. Acesso em 14 jan.2019.

16. Decreto nº 9.522 de 28 de novembro de 1888, suspende a execução dos estatutos das faculdades de direito do império.⁴⁶

Quando, em 15 de novembro de 1889, a monarquia é derrubada pelo golpe militar, a situação dos cursos jurídicos, que ainda não era estável, passa por novas e diversas outras reformas.⁴⁷ E nesse contexto de “efervescência legislativa”⁴⁸, os cursos se desenvolveram no Brasil, com fins a criação de uma elite intelectual, que satisfizesse os interesses dos governantes.⁴⁹

Nesse período é quando se podem perceber mudanças fundamentais e que mais tarde virão a caracterizar e justificar o ensino do Direito como está desenhado hoje. Desde as mais preocupantes limitações aos mais importantes sinais de evolução, podem ser localizados nesse momento, se não as mudanças em si, mas elas raízes.

Nesse período, os cursos de direito deixam de ser denominados “Academias de Direito” para se transformar em “Faculdades de Direito”.⁵⁰ Importante avanço ocorre em 1901, pelo Decreto 3.903, que autorizou que mulheres frequentassem os cursos jurídicos, que a esta altura, estava dividido em ciências jurídicas, ciências sociais e notariado.⁵¹ Em 1915 a

⁴⁶ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p. 13.

⁴⁷ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p. 15.

⁴⁸ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p.15.

⁴⁹ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p.15.

⁵⁰ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p.16.

⁵¹ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p.17.

Faculdade de Direito foi reorganizada e foram incluídas matérias de prática processual no currículo, “preparando o acadêmico para a lide”⁵². Em 1929 foi implementado o título de Doutor a ser conferido àquele que, concluído o curso de 5 anos de Direito, cursasse mais 2 anos, com defesa de uma tese.⁵³

Dentre as diversas mudanças ocorridas, sob pena de alongar desnecessariamente o trabalho, nos restringiremos aos exemplos já apresentados, que per se, já demonstram a evolução efervescente do ensino jurídico na República Velha.

1.2.4 Mudanças do ensino jurídico na Era Vargas

O período da história brasileira conhecido com a Era Vargas foi um momento de mudanças estruturais de extrema relevância para o ensino como um todo. Vargas assume como presidente com clara “pretensão pela diminuição do poder das oligarquias regionais e o início de alianças com outros grupos prioritariamente de ideologia nacionalista”.⁵⁴

Neste contexto, se até então o nacionalismo era restrito ao plano cultura e intelectual, pode-se afirmar que Vargas foi o primeiro político no país a institucionalizar o nacionalismo como política de Estado, de forma mais ‘tímida’ em um primeiro momento e mais incisiva após o crescimento de seu poderio com a instauração do Estado Novo de 1937.⁵⁵

No ano de 1930, por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro, foi criada a Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Por esse decreto, Getúlio faz questão de enfatizar a prioridade elencada para os temas

⁵² OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p. 17.

⁵³ OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. *O Ensino Jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade*. Publica Direito. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 9 jan. 2019, p. 17.

⁵⁴ TRIVELINO, Gabriel Ribeiro. *Nacionalismo: a retórica nacionalista no sistema educacional brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945)*. 2016. 65 f. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. Brasília, 2016, p 35.

⁵⁵ TRIVELINO, Gabriel Ribeiro. *Nacionalismo: a retórica nacionalista no sistema educacional brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945)*. 2016. 65 f. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. Brasília, 2016, p 35.

relativos a trabalho, saúde pública e educação, que seriam sua preocupação máxima, ao longo de todo o seu governo.⁵⁶

Em 1931, foi realizada a Reforma do Ensino Superior, conhecida como Reforma Francisco Campos, Ministro da Educação à época e, mais tarde, Ministro da Justiça. Essa reforma estruturou os ensinos superior e secundário. A partir desse momento, cada unidade universitária deveria ter, pelo menos, três seguimentos: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia. Essa obrigatoriedade reforçou o *status* desses cursos, uma vez que eram obrigatórios para a constituição de uma universidade.⁵⁷ No curso de direito se exigia o cumprimento de uma série de disciplinas e uma dissertação.⁵⁸ O destaque fica para a divisão entre os cursos de bacharelado, voltado para a “formação de práticos do direito”, e o doutorado, dedicado à “alta cultura jurídica”.⁵⁹

Em 1937, José Carlos de Macedo Soares, Ministro da Justiça que antecedeu Francisco Campos na pasta, apresentou ao governo uma proposta de criação de uma Comissão de Estudo para o Progresso do Direito, afirmando a necessidade de o Direito “acompanhar, constantemente, o progresso dos conhecimentos para manter contato com a vida que pretende reger”.⁶⁰

Mariana Silveira apresenta uma característica interessante do estudo do Direito durante as décadas de 1930 e 1940:

Ao contrário dos seus colegas do século anterior, os juristas brasileiros das décadas de 1930 e 1940 procuraram transitar por outros domínios do saber, menos em busca de uma erudição herdeira dos ideais humanistas da Ilustração que como uma tentativa de superar as limitações de que eram acusados.

⁵⁶ TRIVELINO, Gabriel Ribeiro. *Nacionalismo: a retórica nacionalista no sistema educacional brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945)*. 2016. 65 f. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. Brasília, 2016, p. 37.

⁵⁷ ROTHEN, J. C. *A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931*. Revista Brasileira De História Da Educação, 141-160. Disponível em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>. Acesso em 01.11.2018, p.6

⁵⁸ ROTHEN, J. C. *A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931*. Revista Brasileira De História Da Educação, 141-160. Disponível em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>. Acesso em 01.11.2018, p.10

⁵⁹ SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Direito, Ciência do Social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos 1930 e 1940*. Em: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p.441-460, p. 451.

⁶⁰ SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Direito, Ciência do Social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos 1930 e 1940*. Em: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p.441-460, p. 449.

Mais do que isso, essa busca por construir uma “moderna ciência do direito”, fundada em métodos “objetivos”, deve ser entendida a partir de uma relação tensa com a perda de jurisdição sobre parte do conhecimento acerca do social que a emergência de cursos especializados em humanidades representa.

O ensino jurídico no período em que Getúlio Vargas governou o Brasil está voltado a uma busca por uma “ciência positiva do direito” com preocupação com o social.⁶¹ A exemplo do que foi falado:

Havia “prevalência dos interesses coletivos sobre os individuais, a busca por maior intervencionismo estatal, propostas sobre a relativização dos direitos tidos antes como absolutos (em especial, a liberdade de contratar e a propriedade), a crítica à importação de modelos estrangeiros, a busca por uma correlação entre a lei e realidade social e o intuito de promover reformas sociais por meio das leis”.⁶²

Essa valorização dos interesses coletivos é indubitavelmente uma característica associada ao Governo Vargas. Exemplo incontestável é a Consolidação das Leis do Trabalho que é, ao menos em teoria, um divisor de águas. “A CLT (...) foi não só o documento legal mais divulgado no Brasil. Seu texto era, em 1968, mais conhecido que o da Constituição Federal (de 1946)”.⁶³

1.2.5 República Populista e o ensino jurídico

Foram expressivas as transformações sociais e políticas ocorridas a partir da eleição do General Dutra à presidência, período denominado pelos historiadores como “experiência democrática” (uma democracia que não ocorrera de forma plena), contando, inclusive com a elaboração de uma nova Constituinte. No campo universitário, no entanto, não se observaram mudança tão significativas.⁶⁴

⁶¹ SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Direito, Ciência do Social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos 1930 e 1940*. Em: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p.441-460, p. 453.

⁶² SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Direito, Ciência do Social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos 1930 e 1940*. Em: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p.441-460, p. 453.

⁶³ GOMES, Erik Chiconelli. *O Conselho Nacional do Trabalho: uma análise de sua relação com o movimento operário da época e a imprensa*. 2018. 256 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 98.

⁶⁴ SILVA, Jéssica Fernanda de Siqueira. *Ensino jurídico no Brasil: uma revisão histórico-crítica*. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. Universidade Norte do Paraná – Unopar. Londrina, 2018, p. 61.

Na década de 1940 foi criada a primeira Universidade Católica e iniciou-se a federalização de certas universidades estaduais. Houve a ampliação das universidades particulares, o que foi um dos poucos avanços no campo universitário no período.

Somente ao final desse período de relativo estacionamento no que se refere a transformações educacionais, no entanto, foi elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, que vigorou de 21 de dezembro de 1961 até 1996. Essa lei insurgiu em meio a uma disputa entre dois grupos: de um lado, os estatistas, ligados a partidos de esquerda, que defendiam que “só o Estado deveria educar” e, de outro, os liberalistas, ligados a partidos de centro e direita, que defendiam que ao Estado deveria tão somente respeitar os direitos, dentre eles o direito à educação. Caberia, então, ao Estado, traçar diretrizes do sistema educacional e fornecer bolsas para que pessoas de baixa renda frequentassem escolas particulares.⁶⁵ Aprovada pelo Congresso, a Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias não agradou os estadistas, já que ampliou a liberdade ao ensino privado.⁶⁶

1.2.6 Ditadura Militar e o Ensino Jurídico

Os 21 anos nos quais o Brasil esteve sob o regime militar, houve expansão do ensino privado devido à vigilância rigorosa que era imposta ao ensino público, em razão dos movimentos estudantis contrários à ditadura. Consagrou-se a tendência de projetar cursos jurídicos como cursos exclusivamente técnicos, nos quais era prioridade a formação para o mercado de trabalho em detrimento da formação humanística, política e social, afinal não havia qualquer interesse na formação de jovens críticos nesse período.⁶⁷

Segundo Luiz Antônio Fornari:

⁶⁵ MARCHELLI, Paulo Sérgio. *Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais*. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/download/21665/15915>. Acesso em: 06 nov. 2018., p. 6.

⁶⁶ SILVA, Jéssica Fernanda de Siqueira. *Ensino jurídico no Brasil: uma revisão histórico-crítica*. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. Universidade Norte do Paraná – Unopar. Londrina, 2018, p. 63.

⁶⁷ FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. *O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 37.

(...) desde o início do período militar, em 1964, os cursos jurídicos foram considerados instrumentos privilegiados para a divulgação da ideologia nacionalista e autoritária do regime – bastava-lhes cumprir objetivos domésticos, ou seja, um programa de formação técnico profissional, aliás, como sempre foi.⁶⁸

Nesse contexto, em 1972, é aprovada pelo Conselho Federal de Educação, a Resolução nº 3, com a definição de um currículo mínimo do curso de graduação em Direito. A proposta envolvia ampliar a participação do aluno no processo didático bem como na opção curricular, “mediante a integração efetiva entre o estudo teórico das matérias do currículo e as atividades práticas correlacionadas”.⁶⁹

Admirável, então, observar a preocupação no sentido de sanar as crises no ensino jurídico nesse momento da história brasileira. Nesse viés, foram introduzidas algumas mudanças significativas, das quais podem ser destacadas: a introdução de uma metodologia interdisciplinar, ampliando o estudo a um contexto geral de conhecimento e da universidade como um todo; a possibilidade de as instituições definirem o seu quadro complementar de disciplinas; a criação de uma proposta de ensino especializado, permitindo a cada instituição se voltar à sua “própria vocação” ao invés de seguir padrões umas das outras; a implementação de disciplinas opcionais que permitiriam composições individualizadas dos currículos e a introdução da prática forense, precursora dos estágios supervisionados; dentre outras.⁷⁰ Essa já é uma proposta muito semelhante ao que observamos nos dias de hoje, como veremos em momento oportuno.

Infelizmente, na prática, salvo raras exceções, as faculdades de direito continuaram seguindo currículos tradicionais, sem aplicar as mudanças no cotidiano acadêmico. Segundo Fornari:

Nesse sentido constata-se que a crise do ensino do direito no Brasil está vinculada à crise do direito e à crise da democracia. E, a filosofia que informa e reforma reflete a

⁶⁸ FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. *O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 37.

⁶⁹ FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. *O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 38.

FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. *O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 39.

perplexidade entre conceituações conflitantes da natureza do direito e seu papel na sociedade.

Por sua vez, o ordenamento jurídico, na melhor das hipóteses, é apreendido em suas partes, e o estudante termina por não ter uma concepção global, crítica e analítica do que ocorre. A crise do ensino do Direito reside em última análise, no fato de que não se ensina Direito, mas um conjunto de técnicas de interpretação legal, que nada tem a ver com o fenômeno jurídico.⁷¹

Resta nessa observação a caracterização da crise do ensino jurídico trabalhada por diversos autores que se aventuram a pesquisar o assunto.⁷²

1.2.7 A redemocratização e o ensino com a Constituição de 1988

A Constituição de 1988 e a introdução de vários direitos e garantias individuais no ordenamento brasileiro, abriu espaço para inovações nos cursos de Direito.⁷³ Melo Filho apresenta dados interessantes para o entendimento desse momento:

No início da década de 90, as estatísticas davam conta de que no Brasil havia 186 cursos de Direito no país, os quais mantinha a mesma estrutura curricular desde a reforma de 1973. O resultado dessa política era a existência de um ensino reprodutor, deformador e insatisfatório na preparação de bacharéis para um mercado saturado.⁷⁴

Sérgio Rodrigo Martinez acrescenta que, com a interrupção do “milagre econômico” promovido pela ditadura, o aproveitamento dos profissionais “fabricados” não tinha mais lugar e nascia a demanda por profissionais “aptos ao enfrentamento da complexidade dos

⁷¹ FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. *O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 39.

⁷² FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. *O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 39.

⁷³ MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018, p. 8.

⁷⁴ MELO FILHO, Álvaro. Por uma revolução no ensino jurídico. *Revista Forense*, RJ, V.322, ano 89, p.9-15, abr./maio/junho. 1993. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1993;1000478790>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 9.

conflitos, até então contidos pelo autoritarismo, cujo reconhecimento vinha no embalo da Constituição Federal de 1988”.⁷⁵

A liberdade, de um modo geral, e, em especial, a liberdade de expressão, consagrada na Constituição Federal de 1988, abriu possibilidade para debates sobre o problema jurídico no Brasil, a formação tradicional dos bacharéis e sobre Direito e Justiça.⁷⁶

Ainda segundo Martinez:

Começou-se pela realização de estudos e avaliações sobre as condições dos cursos de Direito no Brasil, tendo, como parâmetro regulador, a Resolução CFE n. 03/72, até aquele momento ainda responsável pelas diretrizes do ensino jurídico. Acompanhando as grandes repercussões desse processo de avaliação do ensino jurídico, da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, surgiu a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico da SESu/MEC. A conclusão desse processo de análise auto-avaliativa da práxis dos cursos de Direito resultou na elaboração do texto final da Portaria 1.886/94 do MEC, revogando a Resolução CFE n. 03/72 e passando a regular as diretrizes curriculares mínimas para os cursos de Direito no Brasil.

Em decorrência desse processo, houve repercussões positivas e inovações qualitativas, como atividades nunca antes exigidas nos cursos de Direito: monografia final, cumprimento de cargas horárias em atividades complementares e estágio obrigatório em prática jurídica. A Portaria 1.884/94 inovou ainda em relação à estrutura, quando determinou que fosse requisito para a manutenção do curso de Direito, que a instituição mantivesse uma biblioteca com acervo de, no mínimo, dez mil volumes de obras jurídicas e periódicos.⁷⁷

Em meio há avanços, surgiram críticas válidas em relação ao modelo pedagógico, que nada inovou e se manteve tradicional e imune a reformas. A sala de aula ainda era, então, o local onde o estudante de direito passava a maior parte da sua formação.⁷⁸

⁷⁵ MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018, p. 8, p. 8.

⁷⁶ MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018, p. 8, p. 8.

⁷⁷ MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018, p. 8, p. 9.

⁷⁸ MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018, p. 8, p. 9.

Daí a crítica de que todas as reformas até hoje realizadas partiram do plano exógeno, com a finalidade de atingir o plano endógeno do curso. O tipo do medicamento geralmente aplicado, o remédio curricular, nunca se demonstrou ideal para a patologia em questão, pois o arquétipo liberal vem sendo mantido e, agora revigorado pela tendência do Estado Neoliberal.

Nesse ciclo de reprodução histórica de um padrão nos cursos de Direito, o seu "ponto de produção" ainda não pôde ser atingido de dentro para fora, ou seja, na evolução do ensino jurídico no Brasil ainda não ocorreu uma reforma voltada para a construção de inovações pedagógicas dentro das salas de aula, como se propunha com a Escola Nova.⁷⁹

Não restam, então, dúvidas quanto à atenção voltada aos cursos de Direito e ao ensino jurídico, em especial ao final do século XX. Houve evolução, houve retrocesso, mas não se pode dizer que não houve atividade nesse campo.

1.2.8 Situação dos cursos jurídicos no Brasil atualmente

Ao iniciarmos a investigação do ensino jurídico nos tempos modernos, era de se esperar que pudéssemos identificar um ensino bem diferenciado do que já vimos até então, com diferenças estruturais significativas, condizentes com a dinâmica da modernidade, principalmente se levarmos em conta que se trata de um ensino pós-ditadura. Era desejável, muito mais do que simplesmente esperado, que o Direito e, conseqüentemente, o ensino jurídico, tivessem se mantido 'contaminados' pelo espírito de luta que culminou com o fim da ditadura e evoluíssem para instrumentos de mudanças ao invés de mantenedores da ordem. Mas não podemos dizer que foi esse o rumo que o campo jurídico seguiu, ao menos de imediato.

Passada mais de meia década do golpe e já 30 anos após a promulgação da Constituição Cidadã, o direito brasileiro ainda tem resquícios da ditadura, seja em leis da época que ainda se encontram em vigor, sejam práticas judiciais que remetem ao período.⁸⁰

Em relação aos aspectos normativos, no entanto, houve o que pode ser entendido como um avanço: a portaria do MEC nº 1.886/94 fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo

⁷⁹ MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018, p. 8, p. 10.

⁸⁰ NEITSCH, Joana. *As marcas da ditadura no direito brasileiro*. Gazeta do Povo, [S. l.], p. 1, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/as-marcas-da-ditadura-no-direito-brasileiro-23fggesuac1j47cqw2ny00bpq>. Acesso em: 1 mar. 2019.

dos cursos jurídicos, tendo, pela primeira vez, incluído dentre as matérias o estágio supervisionado de caráter obrigatório. A Resolução CNE/CSE nº 9, de 2004, modificou o currículo do curso de Direito, trazendo como pressupostos a liberdade, o pluralismo e a qualidade do ensino. Essa resolução estabeleceu eixos de formação geral, fundamental e prática do bacharel, com intuito de desvencilhar o ensino do método tecnicista, priorizando a contextualização das matérias com a realidade econômica, cultural e política do país e ainda nas relações internacionais.⁸¹ E assim, pode-se considerar o seguinte:

Pela primeira vez, o educando foi alocado como centro do processo de aprendizagem. “Foi na reforma de 2004 que surgiram preocupações com a qualidade da formação dos bacharéis, o que ensejou na busca pela transformação, ou seja, um ensino jurídico menos tecnicista e menos dogmático. Partindo dessa premissa, procura-se ampliar a visão dos estudantes de direito promovendo uma visão crítica e uma formação ampla”.⁸²

O destaque que deve ser dado a essa resolução é o fato de ela colocar o aluno como elemento central além de incorporar metodologias diferentes das exposições em sala de aula, como pesquisa e projeto de extensão, de forma a estimular o pensamento e a capacidade de análise dos alunos, na tentativa de desenvolver um ensino menos tecnicista e dogmático.⁸³

Em 14 de dezembro de 2018 foram homologadas mudanças nas Diretrizes Curriculares do curso de Direito. Foram incluídas novas matérias obrigatórias (Direito Previdenciário e Formas Consensuais de Solução de Conflitos) e outras que não tem obrigatoriedade, mas aparecem como sugestão (Direito Eleitoral e Cibernético, entre outros).

⁸¹ FLORES, Carolina Duarte. *A evolução do ensino Jurídico e a resolução nº. 09/2004 CNE/CES para os cursos de direito no Brasil. Âmbito Jurídico*, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-151/a-evolucao-do-ensino-juridico-e-a-resolucao-n-09-2004-cne-ces-para-os-cursos-de-direito-no-brasil/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

⁸² FLORES, Carolina Duarte. *A evolução do ensino Jurídico e a resolução nº. 09/2004 CNE/CES para os cursos de direito no Brasil. Âmbito Jurídico*, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-151/a-evolucao-do-ensino-juridico-e-a-resolucao-n-09-2004-cne-ces-para-os-cursos-de-direito-no-brasil/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

⁸³ FLORES, Carolina Duarte. *A evolução do ensino Jurídico e a resolução nº. 09/2004 CNE/CES para os cursos de direito no Brasil. Âmbito Jurídico*, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-151/a-evolucao-do-ensino-juridico-e-a-resolucao-n-09-2004-cne-ces-para-os-cursos-de-direito-no-brasil/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

Essas diretrizes devem ser aplicadas em um prazo de dois anos.⁸⁴ Essas alterações demonstram estar despontando uma intensão de aluno crítico, pensante:

Nesse conceito, o aluno seria o "personagem principal" e o maior responsável pelo processo de aprendizado. Sendo assim, o objetivo desse modelo de ensino é incentivar que a comunidade acadêmica desenvolva a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa.

Ela então poderia ser definida como o conjunto de atividades que ocupa o estudante a fazer algo ao mesmo tempo em que deve pensar sobre o que está fazendo. Na prática, o estudante interage com o assunto em estudo ao invés de somente recebê-lo de forma passiva do professor. Este por sua vez, assume o papel de orientador, supervisor, facilitador da aprendizagem, mas não é a única fonte de informação do estudante.⁸⁵

Observa-se, então, que há um caminhar, ainda que tímido para certa autonomia do aluno, do formando. Mas, paradoxalmente, as disciplinas obrigatórias, pré-determinadas pelo MEC e que, em teoria, engessam o ensino e o pensamento crítico, aumentaram nas últimas atualizações curriculares.

⁸⁴ MAURÍCIO, Gieseler. *Os principais pontos da reforma do ensino jurídico*. Blog Exame da Ordem, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://blogexamedeorde.com.br/os-principais-pontos-da-reforma-do-ensino-juridico>. Acesso em: 4 abr. 2019.

⁸⁵ MAURÍCIO, Gieseler. *Os principais pontos da reforma do ensino jurídico*. Blog Exame da Ordem, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://blogexamedeorde.com.br/os-principais-pontos-da-reforma-do-ensino-juridico>. Acesso em: 4 abr. 2019.

CAPÍTULO 2 – DO ENSINO À PRÁTICA JURÍDICA

A proposta deste capítulo é apresentar as consequências de o Direito e o ensino jurídico terem se mantido elitistas, tendo como esteio o poder e distanciamento do “popular”, para que, assim, possam ser conjecturadas alternativas, possibilidades e variações a respeito do estudo e da aplicação dos conhecimentos jurídicos adquiridos nos longos anos de faculdade. Esse elitismo pode ser observado sob dois aspectos, hoje, no Brasil: há os que já fazem parte dessa elite sociocultural outrora inacessível e os que almejam fazer parte dela, erigindo seu patamar dentro da sociedade. Sobre o segundo grupo, no entanto, é importante pontuar que o interesse no Direito se resume a melhorar a sua condição individual. O interesse daqueles que veem esse mundo como uma alavanca, dificilmente, é popularizar a cultura jurídica, ampliar o alcance da justiça ou levar o conhecimento do direito a todos. O interesse é fazer parte da elite jurídica.

Essa tendência em manter o acesso ao direito restrito impôs um ensino jurídico engessado, pouco voltado para fora, centrado nos seus dogmas, uma vez que a preocupação é reacionária. O ensino jurídico segue o mesmo modelo acadêmico, desde sua implementação no Brasil, com foco nas mesmas disciplinas, dinâmica pedagógica detida em metodologias ultrapassadas e conceitos limitados. Mas a boa notícia é que já irrompem preocupações com a falta de dinamismo da cadeira, e despontam concepções dispares de ensino novas possibilidades para a aplicação prática do Direito.

Aludindo ao capítulo anterior, importante lembrar que a formação e desenvolvimento do ensino jurídico no Brasil se deram exclusivamente em função da manutenção da dominação cultural. Em um primeiro momento o Direito foi trazido para o Brasil com o intuito de facilitar a vida da elite que já não mais se interessava em se graduar na Europa, mas precisava se manter superior à população nativa e em desenvolvimento no país. Depois passou por longas fases de negligência só valendo à manutenção do status quo. Até chegar aos dias atuais, em que as incontáveis opções de faculdades crescem em quantidade, mas decaem em qualidade e as matérias são doutrinadoras, tecnicistas, tendo a atividade prática somente recentemente, passado a fazer parte da rotina acadêmica.

A tecnicidade com quase nenhuma abertura para o pensamento crítico, o raro questionamento, com pouca prática além do cotidiano enfadonho dos escritórios onde só se procura o lucro pessoal e não uma mudança estrutural do país parecem práticas propositais, estimuladas no dia a dia, que podem ser consideradas características arraigadas na cultura do ensino e da vivência jurídicos, sem grandes perspectivas de mudança significativas num futuro próximo.

Formar acadêmicos decisivos, com poder e consciência da sua capacidade de operar mudanças não parece ser de interesse dos governantes que já estão no poder ou mesmo da elite jurídica que, consciente do poder que tem o conhecimento e o questionamento, preferem manter a massa em busca do seu próprio cotidiano e guardar para si o poder de se saber relevante.

Nesse mesmo viés, trazer para esse mundo de tantas possibilidades pessoas que venham das outras classes e que, somente por isso, podem querer revolucionar esse universo elitista, parece tão pouco atrativo quanto fazer com que o Direito, seja o conhecimento seja a justiça, alcance os que estão à margem dessa realidade.

O Direito poderia servir como acesso dos menos favorecidos à elite intelectual e social do Brasil ou como instrumento de transformação da sociedade, mas a nenhuma dessas opções se presta o estudo do Direito ou a atuação dos profissionais na área.

2.1. Aspirações do Ensino do Direito no Brasil

Antes de especular a que servirão os bacharéis, interessa observar a que serve o Direito em si. E essa não é tarefa fácil ou objetiva. Há os mais pessimistas, segundo os quais, há um viés “perverso”, no direito, “uma lógica explicitamente classista, machista e racial que é defendida sob o verniz de uma pseudo-meritocracia que justifica os contornos pretensamente a-políticos e éticos da estrutura em sua totalidade”.⁸⁶

⁸⁶ CARNEIRO, Fredson Oliveira. Aos juristas de hoje. Representações, desafios e tarefa histórica. p.11.

Há os esperançosos, em contrapartida, que acreditam ser o Direito “a força motriz de uma profunda transformação da sociedade”.⁸⁷ Entendem ser possível realizar uma “radical mudança nas estruturas da sociedade e do Estado, com relação aos seus aspectos políticos, econômicos e sociais, por meio do direito”.⁸⁸ No entanto, com esse intuito, seria necessário livrar o Direito da sujeição a que ele se encontra ao longo dos últimos séculos e definir certo direcionamento para que ele possa liderar essa emancipação social.⁸⁹

Fredson Carneiro propõem um interessante questionamento que em tudo se coaduna com as pretensões da presente pesquisa: “Qual a tarefa histórica dessa geração?”⁹⁰ Primeiramente cabe salientar que há, internamente, questionamentos sobre a real vocação do Direito: se mera técnica normativa, se política jurídica.⁹¹ Roberto Lyra filho, em discurso proferido em 1981 à turma de bacharelados em Direito, fala aos novos bacharéis:

Procurem a Justiça Social e acharão o direito, não como produto entortado pelos interesses e conveniência de privilegiados, mas na fonte legítima: o sufrágio livre e universal do povo, que não reconhece tutores; que abomina as dominações manhosas ou violentas; que produz a riqueza e deve participar, equitativamente, dos seus frutos; que determina a única segurança verdadeira, com base no exercício da liberdade coletiva e no respeito às garantias individuais.⁹²

Já próximo de completar 40 anos, esse discurso poderia ser proferido hoje sem qualquer estranhamento, uma vez que escancara nada mais do que a função intuitiva do Direito, aquilo que imaginam ser a função do Direito os que iniciam um curso nessa área. São

⁸⁷ GALVÃO, José Octavio Lavocat. *Direito e transformação social: Contributos teóricos para a (re)construção de uma teoria jurídica emancipatória*. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517695/001055537.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 20 de jun.2019, p.7.

⁸⁸ GALVÃO, José Octavio Lavocat. *Direito e transformação social: Contributos teóricos para a (re)construção de uma teoria jurídica emancipatória*. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517695/001055537.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 20 de jun.2019, p.7.

⁸⁹ GALVÃO, José Octavio Lavocat. *Direito e transformação social: Contributos teóricos para a (re)construção de uma teoria jurídica emancipatória*. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517695/001055537.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 20 de jun.2019, p.8.

⁹⁰ CARNEIRO, Fredson Oliveira. *Aos juristas de hoje: Representações, desafios e tarefa histórica*. Publica Direito, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019, p.9.

⁹¹ CARNEIRO, Fredson Oliveira. *Aos juristas de hoje: Representações, desafios e tarefa histórica*. Publica Direito, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019, p.10.

⁹² LYRA FILHO, Roberto. *Discurso por ocasião da formatura do curso de Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1981. p.27.

ideais atemporais, sem dúvida, especialmente em face da perene crise de identidade do ensino e do profissional do Direito.

No mesmo discurso, Lyra Filho segue afirmando que a defesa do jurídico precisa começar nas faculdades, “onde seu cultivo definhou, ao sabor das rotinas e aos fantasmas da falsa tradição”.⁹³

Trazendo a reflexão para um contexto prático e firmando uma base para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado curto levantamento sobre que as propostas dos cursos de Direito de algumas das principais faculdades do país e quais as opções que têm os bacharéis ao sair das faculdades com seus diplomas.

Começando com a lei base, o MEC determina, no Art. 3º da Resolução nº 9 de 2004, a resolução que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, que:

O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduado, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

O UniCEUB apresenta uma proposta de formação sólida ao bacharel: além de apresentar, na própria página do curso de Direito na internet, as diversas possibilidades para o formado:

O curso de Direito do CEUB prepara profissionais visionários e inovadores que procuram os mais diferentes tipos de carreira dentro da área jurídica. Além de oferecer um corpo docente formado por grandes profissionais do Brasil, nós nos preocupamos em ampliar a network de nossos alunos para que eles se mantenham sempre atualizados para as exigências do mercado.⁹⁴

A UnB tem uma proposta multidisciplinar e multiformacional, com flexibilidade limitada ao longo da formação do discente:

Hoje não há mais a formação em campo específico do Direito: o aluno finda o curso jurídico capaz de atuar nas mais diversas áreas do universo jurídico e se aprofundar

⁹³ LYRA FILHO, Roberto. *Discurso por ocasião da formatura do curso de Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1981, p.27

⁹⁴ UNICEUB. *Direito*. Disponível em: <https://www.uniceub.br/pdp/graduacao/ciencias-sociais/direito>, Acesso em 22 jan. 2019.

naquelas que mais lhe interessar por intermédio de grupos de pesquisa, de matérias optativas da área de concentração, de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em nível de Mestrado ou Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Constituição, que se divide atualmente em três linhas de pesquisa. É permitido ao aluno que, dentro de certos limites, monte o seu próprio currículo durante e após a graduação. Frente a uma harmoniosa discordância garantida pela pluralidade de correntes de pensamento e pela composição plural do corpo docente formado por professores concursados na própria UnB, por professores cedidos de diversas instituições federais de ensino de renome de todo o País, bem como por professores colaboradores, que ocorre o aprendizado na Faculdade de Direito. Uma antítese constante se encontra em suas salas de aula, e a partir dessa confrontação de pensamentos, o aluno tem a possibilidade de conhecer as diversas questões e se fazer mais consciente ao conhecer os diversos aspectos de um todo que é o Direito.⁹⁵

A USP se denomina histórica e relevante na formação de juristas e pessoas públicas capacitadas e, por isso, formadora de grandes juristas:

Desde sempre destinada a confundir-se com a História de São Paulo e do Brasil, a Velha e Sempre Nova Academia de Direito, hoje, continua a cumprir sua missão, formando não apenas os novos bacharéis, mas grandes juristas e homens públicos, capacitados para defender e preservar o desenvolvimento do país no Estado de Direito.⁹⁶

Ao observar os objetivos e propostas, percebe-se que o ensino jurídico se pretende dinâmico tanto em relação ao currículo da graduação quanto às perspectivas com relação às opções dos bacharéis. São apresentados nos sites das faculdades propostas de interdisciplinaridade, multiplicidade de instrumentos de aprendizagem e sugestões a respeito das opções que o bacharel tem ao se formar, com o intuito de formar um bacharel com uma “postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica”⁹⁷ para que possa realizar a prestação jurisdicional e dar o suporte que se espera dela ao desenvolvimento da cidadania.

São propostas interessantes e atraentes, em um primeiro momento, mas que se descortinam em utopia quando se constata que o curso tem suas diretrizes quase que completamente amarradas por um currículo pré-determinado pelo MEC, que estabelece as

⁹⁵ UNB. O curso de Direito na UnB. Brasília. Disponível em: http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=546:o-curso-de-direito-da-unb&catid=82&Itemid=327&lang=pt. Acesso em 22 jan. 2019.

⁹⁶ USP. Página da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://www.direito.usp.br>. Acesso em 22 jan. 2019.

⁹⁷ MESQUITA, Marcelo Rocha. *O perfil ideal do graduando em Direito: sugestões para a sua obtenção*. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=b2e466c9d91e7a0b>. Acesso em: 20 de mar. 2019, p. 2.

(várias) disciplinas que devem estar abrangidas, obrigatoriamente, no currículo do curso de graduação além de obrigar que as faculdades exijam dos alunos horas em estágio obrigatório e atividades complementares, sobrando às universidades pouca ou nenhuma liberdade ou mesmo tempo para desenvolver cursos com ideologia, com viés político, com formação de pensamentos divergente. O que se vê são multidões de formados jogados no mercado ano após ano, todos profissionais forjados nos exatos mesmos moldes.⁹⁸

Conforme apresentado anteriormente, o objetivo do MEC ao estabelecer diretrizes tão amplas e abrangentes reside na intensão de formar profissionais com extenso conhecimento, mas o tempo limitado e a falta de estímulo intelectual dentro das universidades acabam por estimular o surgimento de estudantes mecanicistas, preocupados em vencer todas as matérias, ainda que com elas não tenham afinidade alguma.⁹⁹

Dentro desse panorama, não vemos as pessoas escolherem suas faculdades porque ali vão ter campo para apurar suas crenças políticas ou ideológicas, mas, na prática, o interessado em estudar Direito acaba escolhendo a faculdade pelo valor da mensalidade e não motivados pelo que aquela determinada faculdade pode contribuir para que ele realize o seu ideal de trabalho e vida.

O fato é que a possibilidade de desenvolvimento intelectual poucas vezes passa pela cabeça dos estudantes de direito, uma vez que não há qualquer menção nas ofertas dos cursos sobre diferentes direcionamentos das faculdades, porque esse direcionamento simplesmente não existe.¹⁰⁰ Nas palavras de Francisco C. Lima Filho:

(...) a esmagadora maioria dos bacharelados não vai de fato exercer uma atividade ligada ao direito, pelo que os cursos fornecem elementos mínimos para sua ascensão social ou para a demonstração de certas luzes necessárias ao desempenho de suas

⁹⁸ TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. *Poucos querem aprender direito!* Disponível em: <https://blogexamedeordeordem.com.br/a-atual-falta-de-compromisso-dos-estudantes-de-direito-com-os-estudos/>. Acesso em 04 abr. 2019.

⁹⁹ TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. *Poucos querem aprender direito!* Disponível em: <https://blogexamedeordeordem.com.br/a-atual-falta-de-compromisso-dos-estudantes-de-direito-com-os-estudos/>. Acesso em 04 abr. 2019.

¹⁰⁰ LIMA FILHO, Francisco das Chagas. *O advogado e seu papel social*. Âmbito Jurídico, 31 ago. 2002. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-10/o-advogado-e-seu-papel-social/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

funções. Logo, para as demandas de natureza pessoal de grande parte dos estudantes, os cursos jurídicos atendem suas necessidades.¹⁰¹

E, no lugar dos bacharéis conscientes do seu papel na sociedade, agentes de transformação, temos operadores do Direito, distantes do perfil do bacharel desejado pelo Conselho Nacional de Educação. Em uma crítica agressiva, Marcelo Rocha Mesquita, professor universitário de Defensor Público no Estado de Sergipe, demonstra a notoriedade do problema do estudante de Direito: “A maioria dos bacharéis em Direito não possuem uma formação geral e humanística, muito menos uma postura reflexiva e crítica”.¹⁰² Apesar de ser um pouco crua e dura, não deixa de ser um sinal de reflexão a respeito do que para o que se tem e o que se espera de um bacharel em Direito.

2.2 Perfil do estudante de Direito atualmente

Em pesquisa realizada por Dilvo Ristoff, em 2014, é possível iniciar uma análise pragmática de quem procura o curso de Direito no Brasil¹⁰³.

No que se refere à cor dos estudantes, enquanto na população brasileira no ano de 2010, os brancos representavam 48% da população, no curso de Direito eles representavam, no 3º ciclo do Enade (2009-2012) 65% dos alunos do curso, frente a apenas 8% de autodeclarados negros,¹⁰⁴ ressaltando a herança segregacionista do curso.

Quando analisada a renda familiar, é possível observar uma distorção maior ainda, segundo a qual o curso de Direito atrai os alunos cujas famílias têm renda, em média, de 24 salários mínimos, em uma realidade brasileira na qual 93% das famílias têm a renda inferior a 10 salários mínimos, no ano de 2014.¹⁰⁵¹⁰⁶ Ao analisar a origem acadêmica dos estudantes, o

¹⁰¹ LIMA FILHO, Francisco das Chagas. *O advogado e seu papel social*. Âmbito Jurídico, 31 ago. 2002. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-10/o-o-advogado-e-seu-papel-social/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁰² MESQUITA, Marcelo Rocha. *O perfil ideal do graduando em Direito: sugestões para a sua obtenção*. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=b2e466c9d91e7a0b>. Acesso em: 20 de mar. 2019, p. 5.

¹⁰³ RISTOFF, Dilvo. *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. Avaliação (Campinas) [online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747, p.730.

¹⁰⁴ RISTOFF, Dilvo. *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. Avaliação (Campinas) [online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747, p.730.

¹⁰⁵ RISTOFF, Dilvo. *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. Avaliação (Campinas) [online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747, p.730.

curso de Direito contava, em 2014, com 43% dos estudantes que fizeram o ensino médio em escolas públicas, um número muito bom, mas associado à Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que garante 50% das vagas nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação para alunos que fizeram o Ensino Médio em escolas públicas.¹⁰⁷

Resta demonstrado que o perfil do aluno de Direito ainda carrega fortes heranças elitistas, mas é animador observar que mudanças têm ocorrido em virtude de políticas de inclusão, mas que em nada retiram o mérito de estar inserindo no mundo do Direito maiores montantes de alunos de fora da “elite” das escolas particulares, indicando, quem sabe, que mudanças reais estão por vir.

Além do perfil socioeconômico, é interessante investigar o perfil acadêmico do estudante. É preciso ter em mente que, além dos problemas estruturais, os estudantes e as suas demandas superficiais colaboram de igual maneira para a tão aludida crise do ensino jurídico. A procura pelo curso é enorme, mas é imperioso identificar quem procura o curso para entender a real dimensão do problema.

É comum e enfadonha a pergunta para os recém-ingressados no mundo jurídico sobre a razão de terem escolhido o Direito. Aí reside a razão da preocupação:

(...) mais e mais as respostas que se tem obtido são relativas ao mercado de trabalho, a busca de recompensa financeira e as possibilidades de sucesso profissional. Aquelas respostas revolucionárias e altruísticas têm se tornado mais escassas, mais envergonhadas e mais e mais desprezadas.¹⁰⁸

Nos deparamos, assim, com estudante que, apesar de terem escolhido o curso de Direito, não estão interessados no Direito em si, em pesquisas e desenvolvimentos nessa seara, mas nas consequências (principalmente as financeiras) que a escolha desse curso poderão proporcionar.

¹⁰⁷ RISTOFF, Dilvo. *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. Avaliação (Campinas) [online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747, p.730.

¹⁰⁸ ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro. *Direito, ensino jurídico, apatia e universidade*. DireitoNet, 22 jul. 2005. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2187/Direito-ensino-juridico-apatia-e-universidade>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Essa carência de vocação é analisada por Bárbara Goulart e Débora Elias, que ponderam em seu artigo “Ausência de Vocação e as ‘necessárias’ adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico”:

A escolha pela área se torou uma espécie de *mina de ouro*, ou seja, é vista como a forma mais fácil de preparação para a prestação de concursos públicos que, por sua vez, é tido como sinônimo de estabilidade profissional. Então podemos iniciar afirmando que o aumento, tanto de cursos como de profissionais formados, não significa que tenha havido um aumento na procura da carreira, por vocação profissional.¹⁰⁹

Para entender a ausência de vocação do estudante de Direito, cabe aqui lembrar a origem dos cursos em Recife e São Paulo e reforçar a intenção dessas faculdades em formar profissionais fechados, burocratas, em lugar da formação de advogados que intencionassem trabalhar pelas necessidades da sociedade.¹¹⁰

E, se já no nascedouro da cultura jurídica nacional, os profissionais não estavam comprometidos com o “exercício digno e apaixonado da carreira por eles escolhida”,¹¹¹ não é de se esperar que esse compromisso surja de forma espontânea na mente dos estudantes. A preocupação é, antes de tudo, a estabilidade financeira ou a ascensão social e, nesse caminho, antes de produzir saberes críticos e mudanças estruturais na sociedade, o ensino vem reproduzindo estudantes e profissionais com a mentalidade padronizada e sem ponto de vista para além do seu próprio interesse¹¹².

Conforme Goulart e Elias, sobre a realidade atual:

Os interessados em cursar Direito continuam o fazendo por motivo alheio aos objetivos do curso, os egressos continuam desvinculados de sua realidade social e

¹⁰⁹ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.2.

¹¹⁰ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.3.

¹¹¹ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.2.

¹¹² GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.3.

cultural e, em tempos modernos, o curso tornou-se apenas um meio de alcançar objetivos, como, por exemplo, a aprovação num concurso público.¹¹³

Essa necessidade por estabilidade e por bons salários pagos aos concursados vem transformando os cursos de Direito em cursos preparatórios, já que a grande maioria dos concursos cobram matérias jurídicas, sendo essa a procura por quem ingressa na “carreira”.¹¹⁴ Nesse sentido:

Atualmente, a escolha da profissão vem acompanhada da pergunta: *Em que profissão ganho mais?* E aqui podemos perceber que a vocação não é considerada na escolha da carreira, o que é muito grave, gerando consequências negativas e danosas ao exercício de uma profissão tão relevante socialmente como o Direito.¹¹⁵

Assim, não está errado afirmar que muitos dos cursos de Direito foram reduzidos a cursinhos preparatórios para concursos, para a prova da Ordem, e abarrotam o mercado com profissionais descompromissados com a importância que a prática jurídica tem para a efetivação da justiça social, apartados do que seria o ideal: o exercício da profissão com “amor, paixão, responsabilidade, orgulho, como a realização de um sonho há muito desejado”.¹¹⁶

2.3 Problemas estruturais relativos ao ensino e ao bacharel recém-formado

Uma vez identificada essa lacuna de vocação do aluno e futuro bacharel em Direito, cabe a esta pesquisa, se debruçar sobre a estrutura do ensino, de forma que, à crise de identidade do aluno e da prática do Direito, sejam somados os fatores estruturais dos cursos e do mercado de trabalho. Há diversos problemas ao longo da caminhada que, juntos, vão afluir para a falta de personalidade ou falta de ideal do Direito.

¹¹³ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.3.

¹¹⁴ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.5

¹¹⁵ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.5

¹¹⁶ GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. *Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>. Acesso em: 19 fev. 2019, p.5

O primeiro e mais evidente se encontra na proliferação numérica das faculdades de Direito no país. O Brasil é detentor de um recorde que não é exatamente digno de lisonja e que preocupa os mais envolvidos no processo de formação de estudiosos e profissionais: o país possui sozinho, mais cursos de Direito do que todos os outros países juntos.

Uma incontrolável multiplicação de cursos e faculdades de Direito no Brasil, a qual não foi acompanhada pela qualidade, pode ser observada desde 1931. Miguel Reale apresenta dados a esse respeito:

(...) no estado de São Paulo, entre 1931 e 1961, foram instituídas novas faculdades de direito; de 1961 a 1968, dez, havendo já um crescimento assustador entre 1969 e 1972 com o surgimento de 52 novos cursos de direito. Foi na ditadura, com Jarbas Passarinho à frente do Ministério da Educação, que começou a proliferar a criação de cursos de direito. E esse mal continuou na redemocratização.

(...)

Em cinco décadas, multiplicou-se por dez o número de faculdades de direito. Se em 196 havia 669 institutos de ensino jurídico, na passagem do século, em 2000, já existiam 700 faculdades de direito. Em setembro de 2008, o número já se elevava para 1.074, e em janeiro de 2011 constava existirem 1.126 institutos de ensino jurídico, ou seja, um crescimento de 422 novas faculdades em oito anos. Para se ter uma noção da gravidade desse crescimento, basta verificar que, sem em janeiro de 2011 havia 1.126 faculdades e em abril do mesmo ano o número pulou para 1.174, ou seja, um crescimento ininterrupto de mais de dez novas instituições por mês. Hoje [2014] há 1.260 faculdades. “Em dez anos quase que duplicou o número de faculdades de direito, que já era excessivo”.¹¹⁷

Em fevereiro de 2019, constavam no site do MEC uma listagem de 1.571 faculdades de Direito presenciais no Brasil.¹¹⁸ De acordo com o Guia do Estudante de 2017, naquele ano, o Brasil já tinha, com seus 1.240 cursos, se consagrando como a “nação que com mais cursos de Direito no mundo todo. A soma total de faculdades de direito no mundo chegava (em 2017) a 1.100 cursos”.¹¹⁹

Nas palavras de Leister e Trevisan:

Essa ampliação se apresentou com um aumento considerável dos cursos superiores em todo o país, principalmente com a proliferação de faculdades particulares sem o mínimo de estrutura organizacional, que, no afã de alcançar um maior poder econômico, não estão preocupados com a qualidade do ensino. (...) A educação no

¹¹⁷ REALE FILHO, Miguel. *Criação e degenerescência do ensino jurídico*. In: Revista SUP. São Paulo. Nº 100. Dezembro/Janeiro/Fevereiro 2013-2014. P. 87 – 96. p. 93.

¹¹⁸ Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

¹¹⁹ Guia do Estudante. Brasil tem mais cursos de Direito do que todos os outros países do mundo juntos, 16 maio 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-tem-mais-cursos-de-direito-do-que-todos-os-outros-paises-do-mundo-juntos>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Brasil, de fato, encontra-se totalmente relegada ao segundo plano, não havendo nela qualquer compromisso com a qualidade. (...) Preocupa-se com a quantidade, sem compromisso com a missão maior de educar os cidadãos para o futuro.¹²⁰

Esse número, per si, não demonstra nada porquanto poderia evidenciar uma grande preocupação da sociedade com o campo jurídico e ser indicativo de faculdades de grande qualidade e campo para discussões e debates, mas também pode ser apenas um número que represente um desenvolvimento desordenado, sem qualquer controle qualitativo, com o objetivo apenas de gerar lucros a donos de faculdades.

Para que possamos verificar a qualidade de um curso de Direito, precisamos associar diversos fatores. Dentre eles: corpo docente, metodologia, estrutura da faculdade, comprometimento dos estudantes e incentivos externos. Professores podem ser extremamente qualificados, mas se não souberem transmitir o conhecimento, ao invés de motivar, frustram os alunos. Métodos que sejam aplicados fora do contexto pouco agregam ao ensino. Estruturas modernas, de ponta, a menos que delas se extraiam todas as suas potencialidades, não asseguram qualidade.¹²¹ Quanto aos estudantes e a respectiva motivação, Jordão Violin apresenta uma interessante reflexão:

(...) E estudantes comprometidos, mesmo os mais motivados, podem enfrentar percalços desnecessários quando a instituição não fornece os meios necessários para sua formação. As preocupantes estatísticas sobre evasão universitária e depressão nas pós-graduações do Brasil mostram uma verdade evidente: nenhuma motivação dura para sempre.

“Mas é o aluno quem faz a faculdade”, alguém dirá. “Tem o caso do ex-borracheiro que hoje é juiz federal”. De fato. Tem também a ex-empregada doméstica, o ex-flanelinha, a ex-cortadora de cana, dentre outros casos incríveis de superação. Todos eles são, hoje, magistrados. Profissionais respeitados. Felizmente, nada ainda foi capaz de superar o binômio trabalho duro e perseverança. Nem talento, sozinho, realiza mais do que dedicação e persistência conjugadas. Essas são histórias de vida que merecem ser lembradas e aplaudidas. Mas o ponto aqui é outro. A questão não é saber como alguém pode vencer na vida, mas como as instituições de ensino podem levar seus egressos a, sistematicamente, vencerem na vida. E, para evitar discussões de maior abstração, adoto um conceito muito simples de “vencer na vida”: ser um

¹²⁰ LEISTER, Margareth Anne; TREVISAM, Elisaide. A necessidade da transversalidade no ensino jurídico para uma efetiva contribuição do jurista no desenvolvimento da sociedade: um olhar segundo reflexões de Edgar Morin. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina (org.). Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. São Paulo: Direito GV, 2013. p. 47-69, p 48.

¹²¹ VIOLIN, Jordão. *O que determina a qualidade de um curso de Direito*. Disponível em: <https://www.jota.info/carreira/qualidade-curso-direito-23072018>. Acesso em: 27 mar.2019.

profissional jurídico de qualidade. A faculdade deve ser um facilitador. Não um empecilho a ser superado¹²².

Apartados, esses cinco fatores não significam muito e a ausência de um “faz os outros ruírem”.¹²³ Adilson Ralf Santos arrisca erigir ao topo um desses critérios ao afirmar o seguinte:

Um curso de Direito pode ter ‘n’ fatores que valorizem sua qualidade, mas, seu auge somente é atingido quando seus alunos apresentam-se aptos e estimulados a discutirem as diferentes maneiras (que apresentarão inovadores esquemas) de resolver ou solucionar os problemas sociais e/ou os conflitos que, ainda não foram previstos pela vasta doutrina existente, ou até mesmo, pelos tribunais.¹²⁴

O autor reforça, então, a importância do aluno, sua motivação e preparo, como indicativo primordial da qualidade de determinado curso jurídico.

Além da situação das faculdades, no que se refere à quantidade e qualidade, interessamos aprofundar nesse universo para identificar as críticas feitas internamente, com relação às matérias e metodologias.

A pesquisa a respeito do currículo do Ensino Jurídico no país, invariavelmente, encontra críticas veementes ao atual sistema, que é basicamente o mesmo desde 1994:

Constata-se, no que diz respeito à formação, a presença ainda muito rígida e formal de um número bem mais significativo de disciplinas meramente tecnicistas em detrimento das disciplinas de formação humanística, que aparecem em proporção ínfima e, na realidade prática, ficam resumidas a aulas teóricas ministradas nos dois períodos iniciais dos cursos, o que, sem dúvida, torna a formação limitada, não proporcionando o desenvolvimento pleno de cidadãos que possam ser não apenas meros aplicadores da lei, mas, acima de tudo, pessoas com consciência ética e humana, capazes de intervir com competência e sensibilidade em um cenário social marcado por traços de violência e exclusão que se tornam muitas vezes legitimados pelo próprio aparato estatal.¹²⁵

¹²² VIOLIN, Jordão. *O que determina a qualidade de um curso de Direito*. Disponível em: <https://www.jota.info/carreira/qualidade-curso-direito-23072018>. Acesso em: 27 mar.2019.

¹²³ VIOLIN, Jordão. *O que determina a qualidade de um curso de Direito*. Disponível em: <https://www.jota.info/carreira/qualidade-curso-direito-23072018>. Acesso em: 27 mar.2019.

¹²⁴ SANTOS, Adilson Ralf. *Ensino Jurídico e Direito: avaliações e reponsabilidades das instituições privadas*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná Curitiba. 2006. p. 158.

¹²⁵ PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima; PRADO, Edna Cristina do; CORDEIRO, Carla Priscilla Barbosa Santos. *O futuro dos cursos de direitos: entre a incerteza e a perplexidade*. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/234434/27723>. Acesso em: 19.02.2019.

Os cursos jurídicos, apesar da enorme quantidade de instituições de ensino, apresenta um escopo único, determinado pelo MEC, com alguma, mas pouca abertura para que os cursos desenvolvam “personalidades próprias”, explorando matérias diversas para formação de profissionais diversificados.¹²⁶

Mas o problema não reside, somente, nas disciplinas ofertas, em si, mas na forma como essas disciplinas são trabalhadas ao longo dos cinco anos de curso superior. É preciso que se desenhe “um ensino jurídico dinâmico, atual, e também eficiente, modificando esta cultura fragmentada, dogmática e distante da realidade factual que vem estruturada nos bancos acadêmicos há décadas”.¹²⁷

As aulas ainda são ministradas com a utilização de manuais, apostilas, livros de doutrina, voltados à legislação, muito mais do que ao desenvolvimento crítico dos conteúdos. O que o país necessita é de operadores do Direito com visão interdisciplinar, crítica e contextualizada, humanizada.¹²⁸

Sobre o distanciamento entre o conhecimento teórico dos estudantes e mesmo de profissionais já formados e a realidade dos fatos sociais, Plauto Faraco afirma:

(...) tal modo de pensar o direito positivo pode se tranquilizante, pois sua conexão com os fatos que regula, com seus valores e efeitos sociais, pode ser extremamente incômoda, particularmente em uma realidade como a presente, caracterizada pela exclusão, em que a justiça distributiva tem servido meramente para uso retórico.”¹²⁹

Além da não absorção pelo mercado de trabalho de todos os profissionais, a labuta diária do profissional do direito não comporta meras reproduções de códigos. A posição alcançada pela lei de elemento primeiro e único da hermenêutica jurídica, tem condicionado os novos bacharéis a meros repetidores de normas e copiadore de modelos, sem demonstrar um pensamento livre, crítico, afastando-se cada vez mais da função nobre, afeta à advocacia e ao bacharel em direito, de elemento de transformação social.¹³⁰

¹²⁶ SANTOS, Adilson Ralf. *Ensino Jurídico e Direito: avaliações e reponsabilidades das instituições privadas*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná Curitiba. 2006. p.55 .

¹²⁷ SANTOS, Adilson Ralf. *Ensino Jurídico e Direito: avaliações e reponsabilidades das instituições privadas*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná Curitiba. 2006. p. 57.

¹²⁸ SANTOS, Adilson Ralf. *Ensino Jurídico e Direito: avaliações e reponsabilidades das instituições privadas*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná Curitiba. 2006. p. 58.

¹²⁹ AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Considerações Teórico-Práticas sobre o ensino jurídico*. Revista Crítica Jurídica n. 25. Jan/Dez 2006, p. 2.

¹³⁰ SILVA, Maricelma Ribeiro. *O papel do bacharel em Direito frente as sete faces da sociedade brasileira: Análise crítica do papel do bacharel em Direito no Brasil, consoante a sua contribuição para a formação dos bacharéis, bem como a credibilidade depositada aos administradores da justiça..* DireitoNet, [S. l.], p. 1, 31 out.

Sobre o mesmo tema, Eroulths Cortiano Júnior também se manifestou, demonstrando a mesma preocupação:

Há um grande descompasso entre o ensino do direito, o direito existente e a própria sociedade onde se produz este direito ensinado, ou não ensinado. Esse descompasso põe em dúvida os vários métodos de ensino, os conteúdos programáticos dos cursos de direito, as grades curriculares, a função das faculdades de direito e dos bacharéis que delas sairão. Põe em dúvida, enfim, todo o ensino jurídico no Brasil. Por isso as críticas à formação dos juristas que, baseada na velha aula-douta coimbrã, na pregação catedrática e no caráter livresco do ensino, acabou por revelar uma personalidade especial do bacharel, que foi comparado aos mandarins, pelo poder e pelos rituais que os cercavam. A formação jurídica, ademais – e talvez justamente por seu caráter meramente informativo, que afastava o bacharel da realidade social -, era uma educação à abstrata. Produção, pesquisa e extensão estavam fora das preocupações acadêmicas, cujo objetivo era, acima de tudo, compreender o direito positivo, sem interferir na sociedade.¹³¹

Essa é, sem dúvida, inquietação recorrente das mais diversas publicações encontradas sobre o assunto. Os cursos não são desenhados para que o bacharel e profissional discuta e exponha ideias, pensamentos divergente e “transgressores”. A crítica está constantemente relacionada ao fato de os cursos serem organizados para “imobilizar o potencial crítico e ativo da maior parte dos estudantes”, de forma dogmática, com o intuito de preservar as ideologias hegemônicas.¹³²

Essa falta de identidade vai ser refletir no profissional formado, estendendo a crise do ensino ao mundo jurídico como um todo:

A criação de diversos cursos jurídicos, sem a existência de demanda correspondente no mercado profissional, tem provocado diversos problemas de ordem institucional, no que pertine a aplicação da justiça, tais como: profissionais despreparados, empobrecimento da classe dos advogados, migração profissional, aumento anormal de candidatos à concursos públicos, contendas judiciais para transferências e matrículas em faculdades de renome, má qualificação, criação desordenada de

2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2979/O-papel-do-bacharel-em-Direito-frente-as-sete-faces-da-sociedade-brasileira>. Acesso em: 14 jan. 2019

¹³¹ CORTIANO JÚNIOR, Eroulths. O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade. Rio de Janeiro: Renovar, 2002 p. 207.

¹³² CARNEIRO, Fredson Oliveira. *Aos juristas de hoje: Representações, desafios e tarefa histórica*. Publica Direito, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019, p.3.

“cursinhos” preparatórios voltados para concursos e Exame de Ordem, desvirtuamento dos cursos de pós-graduação.¹³³

Assim, para além do universo da sala de aula, o mercado de trabalho também é atingido pela crise do ensino, uma vez que o destino imediato dos recém-nascidos profissionais. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ainda em 2007 apresentava preocupação com esse mercado carregado e pouco preparado:

O mercado de trabalho encontra-se atualmente saturado, o que se reflete no baixo nível médio dos vencimentos e nas práticas predatórias e pouco éticas de captação de clientela. Com formação deficiente, parte significativa dos advogados está proletarizada. Entre os advogados “vencedores” — uma minoria — o denominador comum está na consciência de que a graduação em direito é condição necessária, mas insuficiente, para o sucesso profissional. Recente pesquisa realizada pela professora Luciana Gross Cunha, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, revela que 68% dos profissionais que integram as sociedades de advogados de São Paulo, o maior centro de serviços jurídicos do País, já fizeram um curso de especialização. Cerca de 25% já fizeram pós-graduação estrito senso e 13% fizeram algum curso no exterior.

Na outra ponta da linha, o cenário também não é animador. Embora não existam estatísticas precisas, os 1078 cursos de direito do País empregam cerca de 10 mil a 11 mil professores, dos quais apenas 15% seriam portadores de um diploma de especialização, mestrado ou doutorado e somente 10% teriam tido algum envolvimento com pesquisas científicas, em sua carreira acadêmica. A maioria esmagadora do corpo docente é formada por advogados, juízes e promotores contratados pelo regime de 20 ou 40 horas semanais — poucos são aqueles que optam por lecionar direito no regime de dedicação integral e exclusiva.¹³⁴

Esses dados deixam claro que há uma lacuna, não somente na formação crítica do Bacharel, mas no se preparo para lidar com o mundo e com o mercado de trabalho. E se esse bacharel vai ainda trilhar um longo caminho para se encontrar no universo prático do mundo Jurídico, como exigir que ele tenha tempo e interesse em modificar qualquer realidade?¹³⁵

¹³³ SILVA, Maricelma Ribeiro. *O papel do bacharel em Direito frente as sete faces da sociedade brasileira: Análise crítica do papel do bacharel em Direito no Brasil, consoante a sua contribuição para a formação dos bacharéis, bem como a credibilidade depositada aos administradores da justiça..* DireitoNet, [S. l.], p. 1, 31 out. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2979/O-papel-do-bacharel-em-Direito-frente-as-sete-faces-da-sociedade-brasileira>. Acesso em: 14 jan. 2019.

¹³⁴ QUITO, Carina. *A crise no ensino jurídico*. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, maio 2008. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/3640-A-crise-no-ensino-juridico. Acesso em: 23 mar. 2019.

¹³⁵ SILVA, Maricelma Ribeiro. *O papel do bacharel em Direito frente as sete faces da sociedade brasileira: Análise crítica do papel do bacharel em Direito no Brasil, consoante a sua contribuição para a formação dos bacharéis, bem como a credibilidade depositada aos administradores da justiça..* DireitoNet, [S. l.], p. 1, 31 out. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2979/O-papel-do-bacharel-em-Direito-frente-as-sete-faces-da-sociedade-brasileira>. Acesso em: 14 jan. 2019.

São poucas as disciplinas e práticas que incentivem atuações diferentes das mercantilistas; são muitos os bacharéis colocados no mercado e cada semestre e ano que estão preocupados em passar em exame da ordem e devorar apostilas para concursos públicos, sem qualquer interesse em modificar a ordem, questionar os paradigmas e fazer qualquer diferença na sociedade viva e fora dos muros doutrinários do direito atual.¹³⁶

A conclusão de uma faculdade de direito nem garante profissionais conscientes da necessidade de transformações sociais no Brasil e tampouco sabedores de que eles poderiam ser os autores dessas transformações se assim o que quisessem. A elite jurídica continua intocada, apesar da multiplicação dos cursos.

Outro ponto que pode ser explorado, no campo profissional, se refere às dificuldades quanto à delimitação do escopo da advocacia, em que cabe salientar que também impera a divisão classista. Há os advogados congruentes às classes dominantes e que, obviamente, não estão em posição de compreender que o momento atual é um momento de crise,¹³⁷ superescritórios em defesa de privilégios, em detrimento da superação de desigualdade.¹³⁸

Mas há o jurista crítico, que tem por desígnio a defesa de minorias, dos Direitos Humanos, em busca da concreção da Justiça Social. Esse jurista prima pelo exercício da advocacia como atividade pública¹³⁹. Na própria definição da profissão, no Código de Ética da OAB, “o advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos e garantias fundamentais, da cidadania, da moralidade, da Justiça e da paz social, cumprindo-lhe exercer o seu ministério em consonância com a sua elevada função social e com os valores que lhe são inerentes”.¹⁴⁰ O advogado, ainda que prestando serviços particulares, exerce um serviço público, uma vez que

¹³⁶ OLIVEIRA, Maiuí I. de Borba; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *A construção do saber jurídico e a transformação do jurídico*. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=fb89705ae6d743bf>. Acesso em: 14 jan. 2019, p. 8.

¹³⁷ CARNEIRO, Fredson Oliveira. *Aos juristas de hoje: Representações, desafios e tarefa histórica*. Publica Direito, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019, p.12.

¹³⁸ CARNEIRO, Fredson Oliveira. *Aos juristas de hoje: Representações, desafios e tarefa histórica*. Publica Direito, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019, p.13.

¹³⁹ CARNEIRO, Fredson Oliveira. *Aos juristas de hoje: Representações, desafios e tarefa histórica*. Publica Direito, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019, p. 13.

¹⁴⁰ BRASIL, Ordem dos Advogados do. *Código de Ética e Disciplina*. Brasília – DF. 2015, p. 1.

é vela pelo cumprimento da legalidade, da execução fiel da lei e na busca pela justiça. Mas, mesmo esses advogados tiveram sua formação “incompleta e periférica” não se apresentam qualificados para lidarem com complexas questões sociais que se apresentarão no seu dia a dia profissional.¹⁴¹

Cabe aqui uma reflexão proposta por Afonso de Paula Pinheiro Rocha:

Segue outra pergunta: por que o Direito tido como veículo de transformação social vem atualmente carecendo de sonhadores, revolucionários e lutadores? Acredito que todo o mundo jurídico está em crise bem como toda nossa sociedade, e o motivo maior é a apatia que se instalou absoluta no seio da nossa comunidade. Apatia tal que conduziu a sociedade a uma espécie de conformismo, onde se torna mais cômodo lidar com o mundo e aprender a jogar da maneira como ele se põe do que lutar para muda-lo. O pior ainda é que muitas vezes perdemos a própria crença de que podemos mudar o mundo.¹⁴²

Em face de todo o progresso apresentado, ora representado por movimentos de avanço, ora por descaso e retrocessos, percebe-se que o ensino jurídico no Brasil, apesar de ser visto com nobre status e prestígio e como meio de manutenção de poder, não é considerado uma prioridade em quaisquer dos momentos históricos estudados. Também não há coerência ou unanimidade na sua forma de ser implementado, exigido e cobrado. Não há preocupação com o currículo, com a qualidade real do ensino e, tampouco, com o que será feito dos milhares de bacharéis “jogados” no mercado ano após ano.

É interessante fazer aqui, também, uma constatação preocupante, no que concerne ao propagador do ensino. Há um movimento dentro das faculdades no sentido de contratar professores profissionais, juristas renomados e profissionais nem sucedidos para ministrar aulas. Esses profissionais têm, sem dúvida, conhecimento incontestável, mas como docentes, não tem formação pedagógica, iniciam seu magistério com base na as vivências como alunos, e “só ouviram falar em educação no dia que foram convidados a lecionar”.¹⁴³

¹⁴¹ LIMA FILHO, Francisco das Chagas. *O advogado e seu papel social*. Âmbito Jurídico, 31 ago. 2002. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-10/o-o-advogado-e-seu-papel-social/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁴² ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro. *Direito, ensino jurídico, apatia e universidade*. DireitoNet, 22 jul. 2005. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2187/Direito-ensino-juridico-apatia-e-universidade>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁴³ PUREZA, Diego Luiz Victório. *A formação dos docentes universitários do curso de Direito e a pós-graduação lato sensu*. Jus.com.br, jun. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58475/a-formacao-dos-docentes-universitarios-do-curso-de-direito-e-a-pos-graduacao-lato-sensu>. Acesso em: 23 mar. 2019.

CAPÍTULO 3 – ENSINO JURÍDICO TRANSFORMADOR

Como visto, o ensino jurídico no Brasil se revestiu de evolução e características peculiares, que nada espelham o senso comum: nem descerram esse mundo de poder e influência a novos operadores, advindos de diferentes esferas sociais, e nem incutem nos bacharéis ideais de transformação seja dentro do próprio mundo jurídico, seja na sociedade como um todo.

Pensando para além do problema, podem ser encontradas na literatura algumas alternativas ou opções que afastam o Direito (seu ensino e prática) da aparente estagnação que lhe é característica desde seu advento no Brasil colônia até os dias atuais.

De forma alguma este estudo tem a pretensão de esgotar o assunto e, muito menos, de apresentar qualquer solução axiomática, senão de apresentar pontos de partida para reflexões a cerca da possibilidade de dinamizar o processo de ensino e de ampliar as opções para profissionais.

3.1 Direito no Ensino Médio

Uma primeira ideia, já bastante ambiciosa, e que tem ganhado espaço em discussões sobre cidadania e sociedade, é a introdução no currículo do ensino médio do ensino jurídico. Podem ser encontradas em pesquisas na internet ou em ensaios acadêmicos as mais diversificadas formas de inserir esse conhecimento no contexto de pessoas cada vez mais jovens.

Em um primeiro momento, os estudiosos observam a utilidade dessa inovação pelo viés social, pela possibilidade de criar cidadãos conscientes de direitos e deveres. Segundo Paulo Clauzer: “é imperativo que o cidadão tenha consciência de seus Direitos/Deveres e

acima de tudo, saiba onde procurá-los e colocá-los em prática”, para que assim possa alcançar o ideal pleno da cidadania.¹⁴⁴

Se o desafio de melhorar o ensino superior já se mostra árduo, levar o Direito ao ensino médio pode ser encarado, ainda, como uma utopia. Mas encontramos defensores dessa possibilidade que demonstram que essa opção não só é viável quanto necessária para que reverbere, não só no estímulo ao estudante do ensino superior, que já iniciaria o seu curso em outro patamar, como para o próprio exercício da cidadania e aplicação do Direito “leigo”, do direito na sua acepção de Justiça.

Em 2015, o Deputado Federal Alex Manete, apresentou um projeto de lei pela inclusão da disciplina Introdução ao Direito na grade curricular do segundo e terceiro ano do ensino médio.

A justificativa para tal inserção encontra-se explicitada no projeto:

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/1996), no artigo 35, determina que o ensino médio tem como finalidade a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando e o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Assim, a inclusão da Introdução ao Direito, contribuirá para atingir estas finalidades, proporcionando aos adolescentes a qualificação necessária para melhor compreender sua participação na comunidade e no desenvolvimento nacional.

Essa seria uma primeira ideia de modificação estrutural no pensamento do ensino jurídico, que serviria tanto à formação de um aluno-cidadão consciente, quanto à disseminação e “popularização” do ensino jurídico. Nas palavras de Paulo Clauzer da Conceição:

O ensino jurídico e o treinamento são fundamentais para a reforma do Judiciário, incluindo treinamento para estudantes, educação continuada para advogados, treinamento jurídico para magistrados e informações legais para a população em geral. A qualidade dos cursos de direito tem se deteriorado e, conseqüentemente, existe a necessidade de aperfeiçoar o nível educacional universitário, bem como promover treinamento continuado para profissionais¹⁴⁵.

¹⁴⁴ CONCEIÇÃO, Paulo Clazer da. *Noções Básicas de Direito no Ensino Médio: uma realidade em busca da cidadania*. Disponível em: <https://pclauzer.jusbrasil.com.br/artigos/312993213/nocoas-basicas-de-direito-no-ensino-medio>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

¹⁴⁵ CONCEIÇÃO, Paulo Clazer da. *Noções Básicas de Direito no Ensino Médio*. Uma realidade em busca da cidadania. Disponível em: <https://pclauzer.jusbrasil.com.br/artigos/312993213/nocoas-basicas-de-direito-no-ensino-medio>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Sendo inquestionável e importância da educação jurídica para “perpetuar valores éticos e morais em uma sociedade” ¹⁴⁶, proporcionar um currículo com novas perspectivas culturais é permitir que o jovem expanda seus horizontes e desenvolvam autonomia intelectual. ¹⁴⁷ Com Direito no ensino médio, o estudante teria uma visão mais ampla dos seus direitos, do que pode fazer e do que não pode ¹⁴⁸, além de ampliar a sua percepção de mundo para uma visão social, para além dos muros da escola.

O objetivo, imediato, seria o preparo para a cidadania, ¹⁴⁹ mas é inegável que o estudo precoce do Direito levaria às faculdades pessoas já mais próximas da realidade acadêmica que terão que enfrentar; pessoas mais críticas e abertas a transformações no sistema. As faculdades já receberiam pensadores com noções de direitos e deveres, possivelmente idealistas, com objetivos diferenciados dos meramente econômicos.

Em um momento anterior da história brasileira, a disciplina Educação Moral e Cívica era obrigatória em todas as escolas e, à partir de análise, ainda que superficial desse momento, é possível identificar a importância de disciplinas com viés político na formação intelectual de cidadãos:

A disciplina tinha muitas finalidades, dentre elas o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana, o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade e o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum. Mas, os anos passaram e a disciplina foi extinta de maneira equivocada do currículo escolar. ¹⁵⁰

¹⁴⁶ CONCEIÇÃO, Paulo Clazer da. *Noções Básicas de Direito no Ensino Médio*. Uma realidade em busca da cidadania. Disponível em: <https://pclauzer.jusbrasil.com.br/artigos/312993213/nocoas-basicas-de-direito-no-ensino-medio>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁴⁷ CONCEIÇÃO, Paulo Clazer da. *Noções Básicas de Direito no Ensino Médio*. Uma realidade em busca da cidadania. Disponível em: <https://pclauzer.jusbrasil.com.br/artigos/312993213/nocoas-basicas-de-direito-no-ensino-medio>. Acesso em 15 fev. 2019.

¹⁴⁸ LEONARDO, Francisco Morilhe. *O direito no ensino médio*. Disponível em: <http://www.arco.org.br/artigos/o-direito-no-ensino-medio/#topo>. Acesso em 15 fev. 2019.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Marco Antônio Cezário de. *A necessidade do ensino de direito constitucional nas escolas de ensino fundamental e médio brasileiros para a construção da cidadania*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50144/a-necessidade-do-ensino-de-direito-constitucional-nas-escolas-de-ensino-fundamental-e-medio-brasileiras-para-a-construcao-da-cidadania>.

¹⁵⁰ SOUZA, Daniel de Paula. *Inclusão curricular da disciplina de Noções Básicas de Direito e Cidadania a partir do Ensino Fundamental*. Jus Brasil, [S. l.], p. 1, 11 mar. 2015. Disponível em:

Sobre uma utópica volta dessa disciplina ou de outras afins, Daniel Paula Souza faz uma perspectiva quimérica:

Levemos em consideração o seguinte; hoje temos por volta de 12 milhões de crianças matriculadas da 1ª a 4ª série, se essas mesmas crianças comessem a aprender essa matéria já no próximo ano letivo, e seu ensino fosse continuado por todo o primeiro grau, em 8 anos teríamos um número significativo de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, se o ensino fosse ampliado para o 2º grau teríamos então um total de 12 anos contínuos na formação de um cidadão plenamente ciente de seus direitos, e levando em consideração que nessa etapa ele já seria um eleitor, o que veríamos seria uma total mudança em nosso país.¹⁵¹

Assim, não só à formação profissional seria útil à oferta do ensino do Direito, mas à formação de cidadãos. E seria iniciado um ciclo virtuoso de cidadãos conscientes ingressando nas faculdades de Direito e saindo profissionais visionários.

3.2 Ampliação da oferta de matérias propedêuticas nas faculdades de Direito

Se, como trabalhado no item 2.2, o interesse está em afastar o graduando em Direito da formação voltada para a prática meramente voltada ao cotidiano da geração de dinheiro, o excesso de disciplinas tecnicista se mostra um desserviço à tentativa de entregar para o mercado de trabalho profissionais críticos, questionadores e focados em transformações sociais.¹⁵²

Nesse sentido, Plauto Faraco diz:

O estudo da Ciência Jurídica não se pode resumir ao aprendizado acrítico do direito, sob pena de afastar o mundo dos juristas do mundo real, fazendo emergir o

<https://danielpaulasousa.jusbrasil.com.br/artigos/172698927/inclusao-curricular-da-disciplina-de-nocoes-basicas-de-direito-e-cidadania-a-partir-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁵¹SOUZA, Daniel de Paula. *Inclusão curricular da disciplina de Noções Básicas de Direito e Cidadania a partir do Ensino Fundamental*. Jus Brasil, [S. l.], p. 1, 11 mar. 2015. Disponível em: <https://danielpaulasousa.jusbrasil.com.br/artigos/172698927/inclusao-curricular-da-disciplina-de-nocoes-basicas-de-direito-e-cidadania-a-partir-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁵²SANTOS, Jarbas Luis dos. *A importância das disciplinas propedêuticas: necessária mudança no paradigma do estudo do Direito*. Carta Forense, 4 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-importancia-das-disciplinas-propedeuticas-necessaria-mudanca-no-paradigma-do-estudo-do-direito/12381>. Acesso em: 8 jun. 2019.

ceticismo do convívio de duas verdades: a do povo e a dos juristas. Neste sentido sua metodologia tem que ser revisada, de forma a incluir jornais, revistas, filmes, etc., a fim de que o aluno possa contextualizar a experiência jurídica.¹⁵³

Uma vez na faculdade, é preciso estimular que o estudante se interesse pelo questionamento, pela crítica e pelo alargamento do conhecimento. Nesse escopo, a interdisciplinaridade e a diversidade de conteúdos diferenciados ofertados são fundamentais.

Não se questiona a respeito da importância e da necessidade de disciplinas dogmáticas, afinal, falamos de um curso que têm, dentre os seus objetos, a prestação de serviço de ordem prática, de fundamental relevância para a manutenção da vida em sociedade e da ordem social. O que não se deve olvidar é que o Direito pode ser muito mais do que um instrumento, pode ser utilizado de forma que “exerça o seu potencial transformador”¹⁵⁴.

Nessa linha:

Nesse âmbito, o que mais se discute é como superar a formação legalista e tecnicista, na qual os aplicadores do Direito são apenas reprodutores de normas, para atingir uma formação comunitária e cultural, para além da lei, que privilegie a racionalidade, o espírito crítico e que vise à mudança social e assegure o acesso à justiça.¹⁵⁵

A proposta pedagógica ao longo das décadas enfrentou diversas idas e vindas, no tocante às prioridades metodológicas: ora foco na dogmática, ora foco na propedêutica. A despeito dos cursos de Direito no Brasil terem sido iniciados com objetivo de proporcionar uma formação humanista, com as faculdades de Olinda e São Paulo, as necessidades sociais impuseram mudanças no sistema, tempo a tempo.

O principal motivo que levou à Reforma Universitária brasileira (1968) foi a tomada de consciência de que não havia Universidades no país e sim apenas instituições de ensino superior, agências de formação de profissionais liberais. A atividade de formação profissional, que deveria ser decorrência da atividade universitária, era na

¹⁵³ AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Considerações teórico-práticas sobre o ensino jurídico*. Revista Opinião Jurídica, ano 8, p. 201 - 210, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2019>. Acesso em: 15 maio 2019, p. 3.

¹⁵⁴ GALVÃO, José Octavio Lavocat. *Direito e transformação social: Contributos teóricos para a (re)construção de uma teoria jurídica emancipatória*. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517695/001055537.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 20 de jun. 2019.

¹⁵⁵ SAMPAIO, Anny Gresielly S. Grangeiro; AMORIM, Samira Macêdo Pinheiro de. *O currículo jurídico e a efetivação do direito ao acesso à justiça*. Em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0e50acc98850803a>. Acesso em: 03 set. 2019.

realidade sua meta exclusiva. Em consequência, a Universidade brasileira não era um centro de ciência e de cultura e também não correspondia às funções que deveria exercer na sociedade. (...)

Um motivo mais imediato, e de maior força, foi a nova situação criada no país com o surto desenvolvimentista deflagrado pelo Governo de Juscelino Kubitschek. O desenvolvimento mostrou a necessidade de uma diversificação maior de habilitações profissionais, além das tradicionais profissões liberais; passou a exigir a participação da Universidade na elaboração de novos conhecimentos, científicos e tecnológicos; e, sobretudo, provocou um crescimento explosivo da demanda pela formação universitária, até então buscada somente pelas elites sociais.

Diante de todas essas novas exigências, constatou-se que a Universidade brasileira se encontrava despreparada, obsoleta, elitista, bacharelesca, em suma, afastada da missão cultural e científica que dela passava agora a esperar a sociedade (impunha-se, agora, com clareza, à consciência nacional, a necessidade de uma reforma universitária).¹⁵⁶

A crise do ensino jurídico humanista que vigorava até a década de 1960, aconteceu, então, em um momento em que a sociedade necessitava de profissionais práticos, voltados ao desenvolvimento industrial, então urgente. Tal Reforma se preocupava com a formação de técnicos que atendessem às necessidades do desenvolvimento¹⁵⁷. A proposta era a formação de “quadros técnicos e gerenciais necessários à implementação do tipo de desenvolvimento econômico vigente”¹⁵⁸.

Na década de 90, no âmbito do ensino jurídico, ocorreram importantes manifestações com o intuito de construir um modelo de ensino jurídico que alie a “formação humanista, reflexiva e crítica com a formação profissionalizante e prática, superando o modelo ultrapassado do profissional tecnicista”¹⁵⁹ que imperava até então no ensino jurídico brasileiro.

Segundo Abili Lázaro Castro de Lima, sobre os modelos tecnicistas:

(...) priorizam a especialização dos bacharéis de direito nas disciplinas profissionalizantes (também denominadas de dogmáticas), bem como propõem um caráter instrumental ao ensino jurídico, o qual deveria estar voltado para a formação de advogados e para capacitação dos bacharéis para o Exame da OAB, em

¹⁵⁶ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José. *A Universidade em debate*. Caxias do Sul: EDUCS, 1979, p. 66.

¹⁵⁷ LIMA, Abili Lázaro Castro de. *A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura dos cursos de Direito no Brasil*. Biblioteca Nacional de Periódicos. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/5180/3896>. Acesso em: 20 jun. 2019, p. 76

¹⁵⁸ JUNQUEIRA, Elaine Botelho. *A sociologia do Direito: introdução do debate atual*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1993, p. 22-23.

¹⁵⁹ LIMA, Abili Lázaro Castro de. *A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura dos cursos de Direito no Brasil*. Biblioteca Nacional de Periódicos. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/5180/3896>. Acesso em: 20 jun. 2019, p. 73.

detrimento das disciplinas propedêuticas, que proporcionam uma formação humanista, reflexiva e crítica aos bacharéis.¹⁶⁰

Então temos, em 1994, com a Portaria 1.886, a retomada do ensino humanista. Sem abandonar as disciplinas profissionalizantes, procurou-se dar destaque, também, ao ensino reflexivo, fazendo obrigatórias, nos currículos, matérias fundamentais como Filosofia, Ética, Sociologia, Economia e Ciência Políticas¹⁶¹.

Nessa linha, Cláudio Moura Castro:

A lição é muito clara: o profissional de primeira linha pode ou não ser um especialista, dependendo da área. Pode ou não ter a necessidade de conhecer as últimas teorias da moda. Mas não pode prescindir dessa “profissionalização genérica”, sem a qual será um idiota, cuspindo regras, princípios e números que não refletem um julgamento maduro do problema. Portanto, lembremo-nos: especialista não é quem sabe de um só assunto, e ser profissional não é apenas conhecer técnicas específicas. O profissionalismo mais universal é saber pensar, interpretar a regra e conviver com a exceção¹⁶².

Mesmo existindo quem defenda o retorno do modelo profissionalizante-tecnicista, sob o argumento de que as disciplinas propedêuticas representam uma barreira ao aprofundamento das disciplinas dedicadas à habilitação profissional, as que realmente importam para a atuação do advogado e que caem no Exame da OAB, “nada impede que o curso de direito desenvolva, concomitantemente, uma consistente formação humanística, reflexiva e crítica e uma sólida formação profissionalizante”¹⁶³.

São inúmeros os defensores da ampliação das matérias que estimular o pensamento dissonante e a atuação crítica dos profissionais do Direito. Dentre eles, Marilena Chaui:

Essa pergunta, “Para que Filosofia” tem sua razão de ser.
Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática, muito visível e de utilidade

¹⁶⁰ LIMA, Abili Lázaro Castro de. *A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura dos cursos de Direito no Brasil*. Biblioteca Nacional de Periódicos. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/5180/3896>. Acesso em: 20 jun. 2019, p. 74.

¹⁶¹ LIMA, Abili Lázaro Castro de. *A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura dos cursos de Direito no Brasil*. Biblioteca Nacional de Periódicos. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/5180/3896>. Acesso em: 20 jun. 2019, p. 77.

¹⁶² CASTRO, Cláudio Moura. *Crônicas de uma educação vacilante*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005, p. 169-171.

¹⁶³ LIMA, Abili Lázaro Castro de. *A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura dos cursos de Direito no Brasil*. Biblioteca Nacional de Periódicos. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/5180/3896>. Acesso em: 20 jun. 2019, p. 80.

imediate. Por isso, ninguém pergunta para que as ciências, pois todo mundo imagina ver a utilidade das ciências nos produtos da técnica, isto é, na aplicação científica da realidade. (...)

Parece, porém, que o senso comum não enxerga algo que os cientistas sabem muito bem. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade, através de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os. Ora, todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas acreditam na existência da verdade, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, na tecnologia como aplicação prática de teorias, na racionalidade dos conhecimentos, porque podem ser corrigidos e aperfeiçoados.

Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são questões filosóficas. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas.

Assim, o trabalho das ciências pressupõe, como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. No entanto, como apenas os cientistas e filósofos sabem disso, o senso comum continua afirmando que a Filosofia não serve para nada. (...)

O primeiro ensinamento filosófico é perguntar: O que é útil? Para que e para quem algo é útil? O que é o inútil? Por que e para quem algo é inútil?

O senso comum de nossa sociedade considera útil o que dá prestígio, poder, fama, riqueza. Julga o útil pelos resultados visíveis das coisas e das ações, identificando utilidade e a famosa expressão “levar vantagem em tudo”. Desse ponto de vista, a Filosofia é inteiramente inútil e defende o direito de ser inútil.

Não poderíamos, porém, definir o útil de outra maneira? (...)

Qual seria, então, a utilidade da Filosofia? Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às ideias dominantes a aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes.¹⁶⁴

Ainda, Bourdieu trata da sociologia na aula inaugural proferida no Collège de France, em 23 de abril de 1982, mas a ideia pode ser utilizada para qualquer das disciplinas propedêuticas:

Se os que têm algo a ver com a ordem estabelecida, seja lá o que for não gostam nem um pouco da sociologia, é porque ela introduz uma liberdade em relação à adesão primária que faz com que a própria conformidade assuma um ar de heresia ou de ironia.¹⁶⁵

Jarbas Luiz dos Santos nos presenteia com um artigo sobre a importância das disciplinas propedêuticas. Nesse artigo, ele apresenta algumas disciplinas fundamentais

¹⁶⁴ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 13;18.

¹⁶⁵ BOURDIEU, P. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 60.

visando afastar a redução do Direito “ao estudo de normas num encadeamento lógico e harmonioso”.¹⁶⁶

Dentre as disciplinas destacadas:

Juntamente à Filosofia Jurídica, os estudos acerca da origem, desenvolvimento e fundamentação [legitimidade] do Estado (Teoria Geral do Estado e Ciência Política), sobre o funcionamento da vida em sociedade (Sociologia Jurídica) e do desenvolvimento da sociedade sob os prismas normativo e histórico (História do Direito) compõem o rol de disciplinas que nos possibilitam pensar o Direito em todos seus aspectos, não o reduzindo tão somente à questão puramente normativa.¹⁶⁷

Além dessas, Introdução ao Direito e Hermenêutica Jurídica, têm função instrumental ao manuseio do conhecimento jurídico. Cabe a tais disciplinas “mostrar o Direito com algo além da mera técnica normativa fria e conectá-lo à realidade a qual ele (Direito) se volta, vez não se tratar de um ente com vida própria e que subsista per si”.¹⁶⁸

No entanto, é preciso muito cuidado, aqui, já que a “a simples existência de disciplinas propedêuticas no currículo da faculdade não torna o ensino crítico”.¹⁶⁹ Tais matérias devem funcionar como um ponto de partida para todo um trabalho a ser desenvolvido, em concomitâncias com as matérias dogmáticas.¹⁷⁰

¹⁶⁶ SANTOS, Jarbas Luis dos. *A importância das disciplinas propedêuticas: necessária mudança no paradigma do estudo do Direito*. Carta Forense, 4 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-importancia-das-disciplinas-propedeuticas-necessaria-mudanca-no-paradigma-do-estudo-do-direito/12381>. Acesso em: 8 jun. 2019.

¹⁶⁷ SANTOS, Jarbas Luis dos. *A importância das disciplinas propedêuticas: necessária mudança no paradigma do estudo do Direito*. Carta Forense, 4 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-importancia-das-disciplinas-propedeuticas-necessaria-mudanca-no-paradigma-do-estudo-do-direito/12381>. Acesso em: 8 jun. 2019.

¹⁶⁸ SANTOS, Jarbas Luis dos. *A importância das disciplinas propedêuticas: necessária mudança no paradigma do estudo do Direito*. Carta Forense, 4 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-importancia-das-disciplinas-propedeuticas-necessaria-mudanca-no-paradigma-do-estudo-do-direito/12381>. Acesso em: 8 jun. 2019.

¹⁶⁹ ZUGMA, Daniel Leib; BASTOS, Frederico Silva. *As escolhas por trás do método: contradições, incoerências e patologias do ensino jurídico no Brasil*. In: José Garcez Ghirardi e Marina Feferbaum (org.). *Ensino do Direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 114.

¹⁷⁰ ZUGMA, Daniel Leib; BASTOS, Frederico Silva. *As escolhas por trás do método: contradições, incoerências e patologias do ensino jurídico no Brasil*. In: José Garcez Ghirardi e Marina Feferbaum (org.). *Ensino do Direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 117.

3.3 Liberdade metodológica e curricular dentro das faculdades de Direito

Sendo uma das principais preocupações desse estudo as deficiências do ensino jurídico e a formação de profissionais desprovidos de capacidade crítica, cabe discutir, nesse contexto, as diretrizes dos projetos pedagógicos e planejamento educacional dos cursos jurídicos.

Primeiramente, é interessante discorrer sobre os métodos utilizados em sala de aula, de transmissão de conhecimento e avaliação, campo em que, acredita-se haver uma “forma correta de pensar o Direito e que é possível ensiná-la”.¹⁷¹ É preciso ressaltar que “a pesquisa e a extensão, além de garantidoras de produção intelectual e de professores qualificados e envolvidos na academia” são funções relevantes a serem desempenhadas pela universidade.

172

Paulo Freire nos ensina que:

(...) conhecimento não é sinônimo de transmissão de informação. Ensinar é construir conhecimento, de maneira crítica e participativa, levando-se em consideração as particularidades dos educandos e sem descuidar das questões práticas. De outro lado, esse processo de produção do conhecimento não é uma via de mão única, e só é possível se o aluno participar e assumir o papel de protagonista. Daí que o termo ensino-aprendizagem o mais adequado para se referir ao processo de construção do conhecimento nas universidades.¹⁷³

Passemos à análise do que chamamos de “Liberdade de Cátedra”, como sendo a autonomia do docente na execução do projeto pedagógico, bem como a liberdade de “aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.¹⁷⁴ Seria, assim, “um

¹⁷¹ ZUGMA, Daniel Leib; BASTOS, Frederico Silva. *As escolhas por trás do método: contradições, incoerências e patologias do ensino jurídico no Brasil*. In: José Garcez Ghirardi e Marina Feferbaum (org.). *Ensino do Direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 112.

¹⁷² ZUGMA, Daniel Leib; BASTOS, Frederico Silva. *As escolhas por trás do método: contradições, incoerências e patologias do ensino jurídico no Brasil*. In: José Garcez Ghirardi e Marina Feferbaum (org.). *Ensino do Direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 116.

¹⁷³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura) p. 12.

¹⁷⁴ FRANZOI, Juliana Borinelli. *A liberdade de ensinar nos cursos de direito: considerações à luz da Constituição Federal brasileira*. Em: *Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos* [Recurso eletrônico on-line]. Organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Orides Mezzaroba, José Querino Tavares Neto, Sílvia Andréia Vasconcelos. – Florianópolis: FUNJAB, 2013. p. 9.

direito fundamental que legitima democraticamente docentes e discentes a construírem discussões cientificamente críticas em sala de aula (...).¹⁷⁵

Essa liberdade não pode ser confundida com falta de quaisquer regras, como alerta Horácio Wanderlei Rodrigues:

É muito comum ouvir falar sobre a liberdade de cátedra em especial entre os professores dos cursos de Direito. Muitos entendem, equivocadamente, que ela atribui a plena liberdade do professor no direcionamento das disciplinas e matérias pelas quais é responsável.

Essa liberdade, conforme Juliana Franzoi “permite que os docentes expressem, com relação à matéria ensinada, suas próprias convicções e pontos de vista, mas sem imposição de uma única teoria a ser seguida.”¹⁷⁶ E, dentro dos limites dessa liberdade “cabe a cada envolvido o processo de ensino/aprendizagem, o professor, o aluno, bem como a instituição, compreender seu papel nesta cadeia, e procurar fomentar posturas reflexivas e críticas”.¹⁷⁷

Com relação ao currículo em si, passamos por uma crise de identidade dentro dos cursos que pode ser encontrada na literatura com o nome de “ensino oabtizado”, assim entendido como um direcionamento acadêmico voltado majoritariamente para a formação voltada à realização da prova da Ordem dos Advogados do Brasil, reduzindo a formação às competências e conteúdos exigidos na prova, antes de um ensino transformador.¹⁷⁸ Dentre

¹⁷⁵ COSTA, Fabrício Veiga. *Liberdade de cátedra do docente nos cursos de bacharelado em Direito: um estudo crítico da constitucionalidade do projeto de lei escola sem partido*. Revista Jurídica, Curitiba, ano 50, v. 1, p. 374-397, 1 jan. 2018. DOI 10.6084/m9.figshare.6019781. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Jur%C3%ADica-UNICURITIBA_N.50.16.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019, p. 2.

¹⁷⁶ FRANZOI, Juliana Borinelli. *A liberdade de ensinar nos cursos de direito: considerações à luz da Constituição Federal brasileira*. Em: Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos [Recurso eletrônico online]. Organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Orides Mezzaroba, José Querino Tavares Neto, Sílvia Andréia Vasconcelos. – Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 13.

¹⁷⁷ FRANZOI, Juliana Borinelli. *A liberdade de ensinar nos cursos de direito: considerações à luz da Constituição Federal brasileira*. Em: Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos [Recurso eletrônico online]. Organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Orides Mezzaroba, José Querino Tavares Neto, Sílvia Andréia Vasconcelos. – Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 14.

¹⁷⁸ TASSIGNY, Monica Mota Tassigny; PELLEGRINI. *Educação jurídica “oabetizada”: os reflexos do ensino juspositivista para a formação do advogado no Brasil*. Em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/31549/27049>. Acesso em: 03 set. 2019.

outras coisas, seria bem mais interessante “uma educação jurídica mais humanizada e afeta à preparação do advogado para a vida profissional”.¹⁷⁹

Não restam dúvidas que uma reforma no ensino jurídico se faz necessária, mas talvez a falta de interesse e mesmo de consenso quanto ao que e como precisa ser mudado, não tira do papel a ideia, e o curso jurídico do Brasil segue amarrado e extremamente vinculado a diretrizes que igualam cursos e bacharéis.

A prática jurídica é, também, frequente demanda dos críticos do ensino jurídico, uma vez que é necessário “oferecer ao futuro profissional meios de estruturação do raciocínio, habilitando-o à arte da argumentação, que é método peculiar ao direito.”¹⁸⁰

Camila Alves Fior e Elizabeth Mercuri defendem a flexibilização e diversificação curricular, como já ocorre em algumas universidades brasileiras:

Neste sentido, estas propostas de formação extrapolam a concepção de currículo como o conjunto de disciplinas centradas na área básica e específica do curso, rígidas e construídas sob a lógica do controle técnico e passam a valorizar a liberdade de o universitário escolher, dentre uma gama de experiências, aquelas que passarão a compor sua trajetória acadêmica.¹⁸¹

É fundamental evidenciar que as opções desenvolvidas no capítulo são apenas meras seleções encontradas na doutrina e em trabalhos acadêmicos, mas que de forma alguma pretendem esgotar as possibilidades. São meras sugestões com o intuito de demonstrar que as possibilidades são incontáveis, bastando haver interesse em um dinamizar o ensino e a aplicação dos conhecimentos jurídicos.

¹⁷⁹ TASSIGNY, Monica Mota Tassigny; PELLEGRINI. *Educação jurídica “oabetizada”*: os reflexos do ensino juspositivista para a formação do advogado no Brasil. Em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/31549/27049>. Acesso em 03 set. 2019.

¹⁸⁰ AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Considerações teórico-práticas sobre o ensino jurídico*. Revista Opinião Jurídica, ano 8, p. 201 - 210, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2019>. Acesso em: 15 maio 2019, p. 8.

¹⁸¹ FIOR, Camila Alevs; MERCURI, Elizabeth. Formação universitária e flexibilidade curricular: importância das atividades obrigatórias e não obrigatórias. Psicologia da Educação, São Paulo, p. 191-215, 1 jan. 2009.

CONCLUSÃO

Quando pensamos em Direito como curso de nível superior, difícil desassociar da ideia de prestígio, bons salários e poder. Uma reflexão um pouco mais elaborada levaria também ao vislumbre sobre todas as possibilidades para além das conquistas pessoais do profissional, todas as dimensões sociais e opções de atuação sobre as quais o bacharel em Direito poderia se dedicar e proporcionar atuações relevantes e transformadoras. Sendo assim, cabe a ponderação a respeito do porque os profissionais atuam majoritariamente de forma tão padronizada, sendo a grande maioria dos recém-formados interessada, quase que exclusivamente, em ser aprovado na prova da Ordem dos Advogados ou enveredar pelos concursos públicos.

Antes de pensar na escolha da profissão, interessante investigar o processo de formação, se não seria esse processo responsável pelas escolhas restritas de estudantes e bacharéis. Coube então a esse trabalho se debruçar sobre o cotidiano acadêmico, história do ensino e opções profissionais para entender as escolhas e desinteresses dos profissionais de tão renomado campo.

Conforme foi apresentado ao longo dessa monografia, a questão do Ensino Jurídico, no Brasil, se mostra muito mais complexa, com muito mais nuances do que se podia imaginar quando o estudo foi iniciado. Os desdobramentos deste ensino na vida profissional dos bacharéis também traz certa consternação, uma vez que, dentro das diversas possibilidades que se abrem ao profissional e, principalmente, ao possuidor de tão relevante conhecimento, as escolhas massivas são, mesmo, no sentido de manter a situação social e financeira própria ou se erigir ao patamar de elite social.

Verificando o implemento do Ensino Jurídico no Brasil, já é possível identificar com clareza as raízes dos comportamentos observados hoje. No período colonial, o acesso ao estudo superior era possível somente aos ricos e poderosos, somente os que podiam mandar os filhos para Portugal ou outros países, para cursar uma academia. Então, não havia qualquer acesso à pessoa diferente dos já abastados nobres vindos da metrópole. Ao longo do Império foram inauguradas universidades aqui, mas o público alvo se mantinha o mesmo.

Com a evolução do país como nação independente e soberana, a necessidade de uma elite intelectual própria foi valorizando o curso e, de certa forma, popularizando o acesso. Não pode se pensar nessa “popularização” como um acesso a todos, mas tão somente ampliar a quantidade de bacharéis e profissionais do Direito capazes de militar pelas causas nacionais. Mas é importante ter em mente que o interesse ainda era manter o poder político na mão de poucos, com o monopólio do conhecimento.

Houveram muitos movimentos de evolução e involução ao longo de toda a história do Ensino Jurídico pátrio, mas nos dias atuais, o Direito dá pouco sinais de que há interesse em alunos críticos, com habilidade para desenvolver ideias próprias e comportamentos questionadores, e muito indícios de que seguirá servido aos interesses pessoais de quem já faz parte da elite ou dela quer fazer.

Pensando sobre o público que busca a formação em Direito, pode-se notar um comportamento constante ao longo de toda história: não busca este campo aquele que pretende se munir de argumentos e estratégias para promover qualquer transformação na sociedade, para amparar quem precisa de suporte jurídico ou conhecimento a respeito de direitos e deveres, mas aquele que pretende se manter parte de uma elite (hoje, mais econômica do que intelectual) ou quer a oportunidade dessa ascensão.

O senso comum leva a imaginar ou desejar que os operadores do Direito se utilizassem de seus conhecimentos, que trazem em sua essência um enorme potencial transformador, para conduzir o sistema e a aplicação do Direito no sentido de melhorar a sociedade, a partir de atuações relevantes e para além do dia a dia de trabalho e lucro. Mas como querer que esse potencial se concretize, se mesmo os mais jovens alunos já ingressam na faculdade sem ideologias, sem utopias, sem saber desse potencial de modificação social? Os poucos que têm essa semente acabam por se adequar ao sistema e seguir os mesmos caminhos “engessados” da grande massa, rumo aos seus escritórios ou repartições públicas.

Por sua vez, as faculdades e universidades que poderiam, ou mesmo deveriam, estimular um pensamento crítico e divergente por parte dos seus alunos, acabam por não proporcionar as oportunidades de desenvolvimento de ideias próprias, de comportamentos no sentido de promover transformações dentro do Direito, do ensino do Direito e transformações

sociais. Não é exagero afirmar que as faculdades chegam até a tolher a formação crítica e atuação transformadora dos futuros profissionais, quando “oabetizam” o ensino; quando oferecem, dentre seus docentes, grandes profissionais, juízes, promotores e advogados bem sucedidos, mas sem formação pedagógica ou interesse em assuntos de natureza reflexiva; e quando limitam as matérias propedêuticas, em prol de um rol enorme de matérias puramente instrumentais.

A consequência mais alarmante dessa busca pela busca da formação em Direito com foco em interesses meramente pessoais e individualistas foi o aumento desordenado na oferta de cursos. Hoje o Brasil possui mais cursos de Direito do que todos os demais países somados, tendo tal aumento sendo verificado a partir de 1931. Ou seja, em tempo demasiadamente curto, o país sofreu uma proliferação de opções de curso que, por motivos lógicos, não foram acompanhados por avanços qualitativos dentro das academias.

Foram encontradas em doutrinas e pesquisas na internet algumas sugestões interessantes a respeito de formas de desenvolver estudantes mais interessados em se desenvolver de forma crítica, para que as opções do profissional fujam das limitadas escolhas que têm sido vivenciadas, como a introdução do estudo do Direito ainda no ensino médio; de maneira que os alunos entrem na faculdade com maior entendimento do que vão estudar e das possibilidades de atuação; oferta de matérias propedêuticas, que estimulem o pensamento analítico, dissonante por parte dos estudantes, para que eles possam elaborar novas formas de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso; e ainda oportunizar que os cursos tenham maior liberdade para desenvolver seus currículos para que, ainda que haja qualquer direcionamento ideológico, que as universidades possam divergir entre si e formar profissionais diferenciados e os alunos tenham a liberdade de escolher qual instituição estudar não pela mensalidade, mas pelo que ele pretende ser e fazer quando se formar.

Em arremate, o intuito inicial dessa pesquisa era verificar em que contexto o bacharel em Direito é formado e as consequências que advém das escolhas ao longo desse processo. Foi verificado que há de certa forma, um tolhimento no que concerne a aplicação do conhecimento jurídico e esse tolhimento tem raízes históricas que se arraigaram sob o interesse na manutenção do monopólio do conhecimento bem como na manutenção de limites a uma elite econômica e intelectual. O aparente avanço qualitativo observado se deu sob a

aparência de popularização, que nada mais foi do que a disseminação de faculdades sem o devido cuidado com a qualidade do que é ensinado, mantendo os inúmeros bacharéis “incompetentes” para transformações e questionamentos relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 128 p.
- ALMEIDA JR., Fernando Frederico. **A Expansão do Ensino**: massificação que desqualifica ou democratização a serviço da prática da justiça no Brasil?. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, São Carlos, 2006.
- ALVES, Washington Lair Urbano. **A história da educação no Brasil**: da descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996. 2009. 93 f. Monografia (Pós Graduação *Lato Sensu*) - Centro Universitário Salesiano Auxilium, Lins, 2009.
- ARAÚJO, Marciano Vieira de. **A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017.
- AZEVEDO, Fernando et al. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. São Paulo: Nacional, 1932.
- AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Considerações teórico-práticas sobre o ensino jurídico**. Revista Opinião Jurídica, ano 8, p. 201 - 210, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2019>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BALIKIAN, José Eduardo. **Direito**: mitos, invenções e perspectivas para o ensino jurídico. 2015. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- BENTO, Flávio; SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini. **A história do ensino do direito no Brasil e os avanços da portaria 1886 de 1994**. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2408.pdf. Acesso em 10 out. 2018.
- BEZERRA, Francisco Otávio de Miranda. **Ensino Jurídico numa perspectiva cidadã**: Interação social e políticas públicas. 2006. 236 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: http://www.uece.br/ppgsociologia/index.php/arquivos/doc_download/60-franciscootaviodemirandabezerra1. Acesso em: 20 jan. 2019.

BOTTONI, Francisco; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. **Uma breve história da Universidade no Brasil:** de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, Sônia Simões (org.). *Gestão universitária: Os caminhos para a excelência*. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2006. cap. 1, p. 19-42.

BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **O poder simbólico**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema do ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934**. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 1934. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934%3E>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL, Ordem dos Advogados do. **Código de Ética e Disciplina**. Brasília – DF. 2015

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. [S. l.], 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640393/do1-2018-12-18-resolucao-n-5-de-17-de-dezembro-de-2018-55640113. Acesso em: 10 jun. 2019.

CARNEIRO, Fredson Oliveira. **Aos juristas de hoje:** Representações, desafios e tarefa histórica. *Publica Direito*, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca03d27edadf2a02>. Acesso em: 4 abr. 2019,

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. **Teatro de sombras:** a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Raphael Franco Castelo Branco; CUNHA, Isaac Rodrigues. **Apontamentos históricos da crise do ensino jurídico brasileiro**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2d6f064d4b257e01>. Acesso em: 6 nov. 2018.

CASOY, Patrícia. **Direito e educação: políticas públicas no sistema educacional brasileiro**. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

CASTRO, Cláudio Moura. **Crônicas de uma educação vacilante**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 316 p.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. 567 p.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. **A formação dos bacharéis em direito no Brasil: fundamentos histórico-epistemológicos e criticidade**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=cdf1035c34ec3802> Acesso em: 09 jun. 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Direito e poder**. São Paulo: Saraiva, 1992.

CONCEIÇÃO, José Luís Monteiro. **Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até sua expulsão**. Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/jesuitas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-metodos-ate-a-sua-expulsao> .Acesso: em 21 maio 2018.

CONCEIÇÃO, Paulo Clazer da. **Noções Básicas de Direito no Ensino Médio: uma realidade em busca da cidadania**. Disponível em: <https://pclauzer.jusbrasil.com.br/artigos/312993213/nocoas-basicas-de-direito-no-ensino-medio>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

CORTIANO JÚNIOR, Eroulths. **O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do direito de propriedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

COSTA, Bárbara Silva. **A (in)suficiência do paradigma dogmático no modo de observar e ensinar o direito**. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2007.

COSTA, Fabrício Veiga. **Liberdade de cátedra do docente nos cursos de bacharelado em Direito: um estudo crítico da constitucionalidade do projeto de lei escola sem partido**. Revista Jurídica, Curitiba, ano 50, v. 1, p. 374-397, 1 jan. 2018. DOI 10.6084/m9.figshare.6019781. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Jur%C3%ADca-UNICURITIBA_N.50.16.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FALCÃO, Joaquim de. **Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 1984.

FARIA, José Eduardo. **O Estado e o direito depois da crise**. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Sociologia Jurídica: direito e conjuntura**. São Paulo: Saraiva. 2009.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Função Social da Dogmática Jurídica**. 2 ed. Brasília: Editora Atlas, 2015.

FRANZOI, Juliana Borinelli. **A liberdade de ensinar nos cursos de direito: considerações à luz da Constituição Federal brasileira**. Em: Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos [Recurso eletrônico on-line]. Organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Orides Mezzaroba, José Querino Tavares Neto, Silvia Andréia Vasconcelos. – Florianópolis: FUNJAB, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FORNARI, Luiz Antônio Pivoto. **O ensino jurídico no Brasil e a prática docente: repensando a formação do professor de direito sob uma perspectiva didático-pedagógica**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

GALVÃO, José Octavio Lavocat. **Direito e transformação social: Contributos teóricos para a (re)construção de uma teoria jurídica emancipatória**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517695/001055537.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 de jun.2019.

GARSCHAGEN Bruno. **Pare de acreditar no governo – Por que os brasileiros não confiam e amam o Estado**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GHIRARDI, José Garcez. **Ensino do Direito em Debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente**.

GIESELER, Maurício. **Os principais pontos da reforma do ensino jurídico**. Blog Exame da Ordem, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://blogexamedeordeordem.com.br/os-principais-pontos-da-reforma-do-ensino-juridico>. Acesso em: 4 abr. 2019.

GIESELER, Maurício. **Sombrio futuro do mercado e ensino jurídico no país**. Blog Exame de Ordem, 17 maio 2017. Disponível em: <https://blogexamedeordeordem.com.br/o-sombrio-futuro-do-mercado-e-ensino-juridico-no-pais/>. Acesso em: 9 jun. 2018.

GOMES, Erik Chiconelli. **O Conselho Nacional do Trabalho: uma análise de sua relação com o movimento operário da época e a imprensa**. 2018. 256 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOULART, Bárbara Valentim; ELIAS, Débora Nitz Ferreira. **Ausência de vocação e as necessárias adaptações mercadológicas: a derrocada do ensino jurídico**. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3903>.

GUIA DO ESTUDANTE. **Brasil tem mais cursos de Direito do que todos os outros países do mundo juntos**, 16 maio 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-tem-mais-cursos-de-direito-do-que-todos-os-outros-paises-do-mundo-juntos>. Acesso em: 19 fev. 2019

GUSMÃO, Franceline Priscila. **O elo entre a educação transformadora e a reprodutora: perspectivas numa análise da educação escolar**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/FRANCELINE%20GT%2004%20%20artigo.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

GUSMÃO, Joana Borges Albuquerque. **Qualidade da educação no Brasil: consenso e diversidade de significados**. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

JUNQUEIRA, Elaine Botelho. **A sociologia do Direito: introdução do debate atual**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1993

KEIM, Gracy. **A (re)construção do saber jurídico: transformações no ensino do direito brasileiro**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2005.

LEISTER, Margareth Anne; TREVISAM, Elisaide. **A necessidade da transversalidade no ensino jurídico para uma efetiva contribuição do jurista no desenvolvimento da sociedade: um olhar segundo reflexões de edgar morin**. In: GHIRARDI, José Garcez;

FEFERBAUM, Marina (org.). **Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º seminário Ensino Jurídico e Formação Docente**. São Paulo: Direito GV, 2013. p. 47-69.

LEONARDO, Francisco Morilhe. **O direito no ensino médio**. Arcos. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/o-direito-no-ensino-medio/#topo>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura dos cursos de Direito no Brasil**. Biblioteca Nacional de Periódicos. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/5180/3896>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LIMA FILHO, Francisco das Chagas. **O advogado e seu papel social**. Âmbito Jurídico, 31 ago. 2002. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-10/o-advogado-e-seu-papel-social/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MAICON, Rodrigo Tauchert. **O Ensino do Direito no Brasil Contemporâneo**. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 28 dez.2009.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/download/21665/15915>. Acesso em: 06 nov. 2018.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. **A evolução do ensino jurídico no Brasil**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>. Acesso em 01.11.2018.

MATTA, A. E. R. **História da Educação**. Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, v. 1, n. 1, jan./jun. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/download/237/136>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MELLO, Eduardo Zech; PAIXÃO, Mariana Simon. **Uma Análise da Educação Brasileira**. O mercado de sistema de ensino. 2016. 105 f. Monografia. (Graduação). Curso de Engenharia da Escola Politécnica. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

MELO FILHO, Álvaro. **Por uma revolução no ensino jurídico**. Revista Forense, RJ, V.322, ano 89, p.9-15, abr./maio/junho. 1993. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1993;1000478790>. Acesso em: 25 out. 2018.

MENDES, Fábio C. R. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Base Legal para uma Nova Disciplina Curricular de Metodologia de Estudo**. 2010. 72 f. Monografia.

(Graduação) - Faculdade de Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MESQUITA, Marcelo Rocha. **O perfil ideal do graduando em Direito**: sugestões para a sua obtenção. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=b2e466c9d91e7a0b>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

NASPOLINI, Rodrigo Benedet. **As primeiras faculdades de direito**: São Paulo e Recife. 2008. Disponível em: <http://revistainvestidura.googlepages.com/AsprimeirasfaculdadesdeDireito-Naspo.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

NEITSCH, Joana. **As marcas da ditadura no direito brasileiro**. Gazeta do Povo, [S. l.], p. 1, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/as-marcas-da-ditadura-no-direito-brasileiro-23fgesuacj47cqw2ny00bpq>. Acesso em: 1 mar. 2019.

NUNES, Antônio José Avelãs. **O direito e o futuro**: o futuro do direito. São Paulo: Editora Almedina, 2008.

NUNES, César Augusto. **Ensino jurídico, educação e política no Brasil**: marcos históricos, matrizes teóricas e possibilidades de superação. 10 f. Artigo (Graduação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/viewFile/2160/2057>. Acesso em: 25 out. 2018.

OCTAVIANI, Alessandro. **Hegemonia e direito**: uma reconstrução do conceito de Gramsci. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena de. **O direito como meio de controle social ou como instrumento de mudança social?**. 1997. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/324>. Acesso em: 09 jun. 2018.

OLIVEIRA, José Sebastião; TOFFOLI, Vitor. **O ensino jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>. Acesso em: 26 out. 2018.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José. **A Universidade em debate**. Caxias do Sul: EDUCS, 1979.

REALE FILHO, Miguel. **Criação e degenerescência do ensino jurídico**. In: Revista SUP. São Paulo. Nº 100. Dezembro/Janeiro/Fevereiro 2013-2014. P. 87 – 96. p. 90. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/revusp/article/download/76171/79915>. Acesso em: 20 jun. 2018.

REIS, Luciana Silva; FARIA. **A modernização crítica do pensamento jurídico brasileiro no século XX: ciência do direito, ensino e pesquisa**. 2018. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. **Brasil: o estado de uma nação – mercado emprego e oportunidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 533 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros: Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO SILVA, Maricelma. **O papel do bacharel em Direito frente as sete faces da sociedade brasileira**. Direito Net, 31 out. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2979/O-papel-do-bacharel-em-Direito-frente-as-sete-faces-da-sociedade-brasileira>. Acesso em 14 jan.2019.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação (Campinas) [online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747, p.730.

ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro. **Direito, ensino jurídico, apatia e universidade**. DireitoNet, 22 jul. 2005. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2187/Direito-ensino-juridico-apatia-e-universidade>. Acesso em: 20 jun. 2019

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino jurídico: Saber e poder**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino jurídico para que(m)?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

ROMANCINI, Malu; FERNANDA GOMES LOPES, Daniele. **Retrospectiva histórica do ensino jurídico no Brasil**. Diálogo e Interação, ano 1, v. 9, p. 1-15, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/RETROSPECTIVA-HIST%C3%93RICA-DO-ENSINO-JUR%C3%8DDICO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ROTHEN, J. C. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931.**

Revista Brasileira De História Da Educação, 141-160. Disponível em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>. Acesso em 01.11.2018.

RUZON, Bruno Ponich. Filhos de Coimbra. **Uma história do ensino jurídico brasileiro.** Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1201, 15 out. 2006. Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29076-29094-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

SAMPAIO, Anny Gresielly S. Grangeiro; AMORIM, Samira Macêdo Pinheiro de. **O currículo jurídico e a efetivação do direito ao acesso à justiça.** Em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0e50acc98850803a>. Acesso em: 03 set. 2019.

SANTOS, Jarbas Luis dos. **A importância das disciplinas propedêuticas:** necessária mudança no paradigma do estudo do Direito. Carta Forense, 4 nov. 2013. Disponível em:

<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-importancia-das-disciplinas-propedeuticas-necessaria-mudanca-no-paradigma-do-estudo-do-direito/12381>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Disponível em:

<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/oespetaculodasracas.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

SILVA, Jéssica Fernanda de Siqueira. **Ensino jurídico no Brasil:** uma revisão histórico-crítica. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. Universidade Norte do Paraná – Unopar. Londrina, 2018.

SILVA, Maricelma Ribeiro. **O papel do bacharel em Direito frente as sete faces da sociedade brasileira:** Análise crítica do papel do bacharel em Direito no Brasil, consoante a

sua contribuição para a formação dos bacharéis, bem como a credibilidade depositada aos administradores da justiça.. DireitoNet, [S. l.], p. 1, 31 out. 2006. Disponível em:

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2979/O-papel-do-bacharel-em-Direito-frente-as-sete-faces-da-sociedade-brasileira>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. **Direito, Ciência do Social:** o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos 1930 e 1940. Em: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p.441-460.

SOARES, Cristine Rodrigues. **Currículo inovador:** a realidade de uma escola do Ensino Fundamental II. 2018. 125 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Daniel de Paula. **Inclusão curricular da disciplina de Noções Básicas de Direito e Cidadania a partir do Ensino Fundamental**. Jus Brasil, [S. l.], p. 1, 11 mar. 2015.

Disponível em: <https://danielpaulasousa.jusbrasil.com.br/artigos/172698927/inclusao-curricular-da-disciplina-de-nocoes-basicas-de-direito-e-cidadania-a-partir-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 20 jun. 2019.

TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. **Poucos querem aprender direito!** Disponível em: <https://blogexamedeordeem.com.br/a-atual-falta-de-compromisso-dos-estudantes-de-direito-com-os-estudos/>. Acesso em 04 abr. 2019

TASSIGNY, Monica Mota Tassigny; PELLEGRINI. **Educação jurídica “oabetizada”**: os reflexos do ensino juspositivista para a formação do advogado no brasil. Em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/31549/27049>. Acesso em 03 set. 2019.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o Mundo Moderno**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TRIVELINO, Gabriel Ribeiro. **Nacionalismo**: a retórica nacionalista no sistema educacional brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). 2016. 65 f. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

UNB. **O curso de Direito na UnB**. Brasília Disponível em: http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=546:o-curso-de-direito-da-unb&catid=82&Itemid=327&lang=pt. Acesso em 22 jan. 2019.

USP. **Página da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <http://www.direito.usp.br>. Acesso em 22 jan. 2019.

VALENTE, Lucas Laitano. **A transformação intelectual do ensino jurídico**: o Direito em diálogo a partir da educação. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Análise histórica do ensino jurídico no Brasil**. In: Encontros da UnB: ensino jurídico. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1978-1979.

_____. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O ensino jurídico nos pareceres de Ruy Barbosa**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **Uma reflexão acerca do manifesto dos pioneiros da educação nova**. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf. Acesso em: 21. Maio 2018.

VIOLIN, Jordão. **O que determina a qualidade de um curso de Direito**. Disponível em:

<https://www.jota.info/carreira/qualidade-curso-direito-23072018>. Acesso em: 27 mar.2019.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ZUGMA, Daniel Leib; BASTOS, Frederico Silva. **As escolhas por trás do método: contradições, incoerências e patologias do ensino jurídico no Brasil**. In: José Garcez Ghirardi e Marina Feferbaum (org.). **Ensino do Direito em debate: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente**. São Paulo: Direito GV, 2013